



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO - EED  
CURSO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Thomas Antonio Campos Correia

**O avanço das escolas cívico-militares em SC**

Florianópolis

2024

Thomas Antonio Campos Correia

## **O avanço das escolas cívico-militares em SC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Biológicas do Centro ou Campus Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Grau Licenciado em Ciências Biológicas .

Orientador(a): Prof.(a) Graziella Souza dos Santos

Florianópolis

2024

Correia, Thomas Antonio Campos

O avanço das escolas cívico-militares em SC / Thomas Antonio Campos Correia ; orientadora, Graziella Souza dos Santos, 2024.

82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Graduação em Ciências Biológicas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Biológicas. 2. Militarização da Educação. 3. PECIM. 4. Currículo Escolar. 5. escolas cívico-militares.. I. Santos, Graziella Souza dos . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Biológicas. III. Título.

Thomas Antonio Campos Correia

**O processo de militarização da educação em Santa Catarina**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Biológicas

Local: Auditório do CCB, 16 de Julho de 2024.

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.<sup>a</sup> Dra. Daniela Cristina de Ton  
Coordenadora do Curso

**Banca examinadora**

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.<sup>a</sup> Dra Graziella Souza dos Santos  
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.<sup>a</sup> Dr.Jéferson Silveira Dantas  
Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.Dr.Alaim Souza Neto  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis , 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, contei com a ajuda de diversas pessoas. Gostaria de agradecer aos meus pais, Ilva Aparecida Campos e Gilberto da Silva Correia, por terem sido meu apoio desde o início dos meus sonhos, sempre acreditando em mim, me apoiando e me incentivando. Foram de suporte fundamental; tenho muito orgulho de chamá-los de meus pais. Graças a isso, tive a oportunidade de ter uma formação gratuita e de qualidade em uma das melhores instituições do país.

Agradeço principalmente à minha orientadora, a professora Dra. Graziella, que me auxiliou em todo o meu percurso de escrita e projeto de TCC, sendo uma orientadora presente. Graças à sua dedicação, ajudei a superar diversas barreiras e dificuldades. Sua paciência foi fundamental, e você se tornou minha maior referência como pesquisadora e orientadora. Agradeço também ao meu grupo de trabalho de pesquisa sobre o currículo, em conjunto com a professora Graziella, e ao Iago, que me ajudou diversas vezes no caminho e sempre se mostrou uma pessoa presente. A todas as pessoas que contribuíram para o meu trabalho, sou grato por todas as orientações e suporte.

Agradeço também a todos os meus amigos e à minha família RepChull. Mesmo brigando e se matando, sempre nos amando na alegria, na tristeza, nos lutos, nas festas e nos trabalhos, no final do dia a gente sempre sabia que iríamos nos resolver: Ana Júlia, Eneli, João, Luísa, Pet, Marco, Victoria Renata, Gaba, Julia (Penso), Thiago e Maré. Estiveram ao meu lado durante esses seis anos de graduação, me apoiando, me amando e ajudando-me a crescer e evoluir, tanto como pessoa quanto como profissional. Vocês me fizeram uma pessoa melhor. Amo muito vocês. Vocês fizeram a minha graduação ser mais leve e feliz. Pertencer a um grupo de pessoas tão maravilhosas e amigas como vocês é uma sorte para poucos. Obrigado por terem sido meu primeiro grupo de amigos e por me ensinarem tanto. Vou levar vocês para sempre no meu coração.

Queria agradecer à importância de ter feito o PIBIC durante a minha trajetória de pesquisador na UFSC. Se não fosse por ele, não teria tido a chance de conhecer a professora Graziella e o meu grupo de pesquisa.

Por fim, agradeço a existência do ensino público. Mesmo com baixos recursos e enfrentando diversos ataques e processos de sucateamento, proporcionou-me um ensino de qualidade. E, claro, a todos os meus professores que tive durante a minha graduação, que incentivaram e ensinaram com tanto amor e carinho, mesmo com recursos limitados.

## RESUMO

Neste trabalho, analisamos o avanço das escolas cívico-militares em SC, com foco na implementação do Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Examinamos a ideologia subjacente à militarização da educação e analisamos a persistência desse modelo, mesmo após a revogação do decreto federal que extinguiu o programa das escolas PECIM. Nosso embasamento teórico inclui autores como Salomão Barros Ximenes, Miriam Fábria Alves e Catarina de Almeida Santos para compreender a militarização, enquanto Juarez da Silva Thiessen, Michael W. Apple, Antonio Flávio Barbosa Moreira e Tomaz Tadeu da Silva contribuem para analisar seu impacto direto no currículo escolar. Nosso objetivo primordial é analisar como vem avançando o projeto de militarização da educação em SC, especialmente, a partir do PECIM (PECIM) no contexto educacional de Santa Catarina. Como objetivos específicos, buscamos identificar processos e a quantidade de escolas que aderiram ao programa, bem como a influência do currículo nessas escolas a partir do documento norteador "Diretrizes das Escolas Cívico-Militares". Buscamos compreender as razões, influências e decisões que conduziram à manutenção desse programa, bem como seu impacto na educação. Adotamos uma abordagem metodológica qualitativa, envolvendo análise de documentos e questionário com uma gestora do sistema educacional estadual. Nossos resultados apontaram para um avanço no processo de militarização, mesmo após a revogação do PECIM, evidenciando a continuidade do processo de militarização. O projeto de militarização teve uma crescente após o início do programa, expandindo-se por grande parte do território catarinense. Na consulta do nosso trabalho, identificamos a adesão ao programa por parte de 21 escolas, sendo 9 estaduais e 12 municipais. Devido à limitação de tempo, focamos nas escolas da rede estadual, sobre as quais obtivemos informações por meio da Secretaria Estadual de Educação de SC, e analisamos a partir de portais de notícias para verificar se as informações eram consistentes. Identificamos que os documentos orientadores do programa claramente se propõem a disputar o currículo escolar, tanto o currículo oficial, ou prescrito, e especialmente o currículo oculto. Essas disposições ficam explicitadas na indicação da proposição de projetos educativos a serem incorporados pelas escolas, que objetivam a transmissão de conhecimentos, princípios e valores relacionados ao militarismo, que, em nossa análise, atendem a um projeto conservador de sociedade. Os dados obtidos indicam claramente que Santa Catarina está comprometida com a continuação das ECIMs, mantendo-as com recursos financeiros próprios. Infelizmente, o formato militarizado possui raízes profundas principalmente associado a uma agenda conservadora. Resta seguirmos investigando as possíveis consequências deste modelo de escola na vida dos nossos estudantes e buscarmos formas de interromper este avanço.

**PALAVRAS CHAVES** : Militarização Educação, Pecim, Currículo Escolar, Escolas cívico-militares.

## ABSTRACT

In this study, we analyze the progress of the militarization process in public schools in Santa Catarina, focusing on the implementation of the Civic-Military Schools Program (PECIM). We examine the ideology underlying the militarization of education and analyze the persistence of this model even after the federal decree that extinguished the PECIM program was revoked. Our theoretical framework includes authors such as Salomão Barros Ximenes, Miriam Fábria Alves, and Catarina de Almeida Santos to understand militarization, while Juarez da Silva Thiessen, Michael W. Apple, Antonio Flávio Barbosa Moreira, and Tomaz Tadeu da Silva contribute to analyzing its direct impact on the school curriculum. Our primary objective is to analyze the advancement of the militarization project in Santa Catarina's education system, particularly through PECIM. Specific objectives include identifying the processes and number of schools that joined the program, as well as the influence of the curriculum in these schools based on the guiding document "Guidelines for Civic-Military Schools". We seek to understand the reasons, influences, and decisions that led to the maintenance of this program and its impact on education. We adopt a qualitative methodological approach, involving document analysis and a questionnaire with an educational system manager. Our results indicate an advance in the militarization process, even after PECIM was revoked, highlighting the continuity of this process. The militarization project expanded significantly after the program's inception, spreading across much of Santa Catarina. Our research found that 21 schools adhered to the program, with 9 being state schools and 12 municipal. Due to time constraints, we focused on state schools, obtaining information through the Santa Catarina State Department of Education and news portals to verify the consistency of the information. We identified that the program's guiding documents clearly aim to influence the school curriculum, both the official, prescribed curriculum, and especially the hidden curriculum. These provisions are explicit in the proposed educational projects to be incorporated by schools, aiming at transmitting knowledge, principles, and values related to militarism, which, in our analysis, align with a conservative societal project. The data clearly indicate that Santa Catarina is committed to continuing the civic-military schools, maintaining them with its own financial resources. Unfortunately, the militarized format has deep roots, primarily associated with a conservative agenda. Further investigation is needed to understand the potential consequences of this school model on our students' lives and to find ways to interrupt this advancement.

**keywords:** Militarization of Education, PECIM, School Curriculum, Civic-Military Schools

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Remuneração mensal dos militares atuam no PECIM.....	42
Figura 02 - Orçamento Anual PECIM.....	42
Figura 03 - Organograma de funcionamento das Escolas Cívico-Militares.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Trabalhos selecionados para revisão literária.....	17
Tabela 02 - Escolas Cívico-Militares (PECIM) EM Santa Catarina.....	48
Tabela 03 - Escolas Estaduais aderiram ao Pecim.....	50
Tabela 04 - Análise das Alterações no Currículo prescrito e Oculto na análise do documento “Diretrizes das Escolas Cívico-Militares 2ª ed”.....	66

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação

**CREAD** - Curso Regular de Educação a Distância

**DEPA** - Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial

**ECIM** - Escolas Cívico-Militares

**ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IGPM** - Inspetoria Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** - Ministério da Educação

**PECIM** - Programa Escolas Cívico-Militares

**PM** - Polícia Militar

**PMSC** - Polícia Militar de Santa Catarina

**PPP** - Proposta Político Pedagógica

**SC** - Santa Catarina

**SEB** - Secretaria de Educação Básica

**SEED/SED** - Secretaria de Estado da Educação

**UDESC** - Universidade Estadual de Santa Catarina

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**UNISUL** - Universidade do Sul de Santa Catarina

**UNIVALI** - Universidade do Vale do Itajaí

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>15</b>
3 METODOLOGIA.....	20
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
4.1 CORRELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO E MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	22
4.2 MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	24
4.3 O CURRÍCULO OFICIAL E OCULTO EM DISPUTA NOS PROJETOS DE MILITARIZAÇÃO.....	31
<b>5 OS DIVERSOS FORMATOS DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: COLÉGIOS MILITARES, MILITARIZADOS E PECIM.....</b>	<b>36</b>
5.1 COLÉGIOS MILITARES: O QUE SÃO ?.....	37
5.2 ESCOLAS MILITARIZADAS: O QUE SÃO ?.....	38
5.3 O PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: O PECIM.....	40
5.3.2 NOVOS RUMOS NO GOVERNO LULA.....	44
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>47</b>
6.1 O AVANÇO DA MILITARIZAÇÃO EM SC.....	48
6.2 CURRÍCULO.....	61
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço do movimento neoconservador no cenário político brasileiro nos últimos anos, houve um grande crescimento no processo de militarização das escolas públicas no Brasil (Souza, 2021). O processo de militarização atingiu nesse contexto outro patamar durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que instituiu como uma de suas principais políticas educacionais o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Durante as alterações do Ministério da Educação (MEC) no início do governo de Jair Messias Bolsonaro em 2019, uma mudança significativa foi a criação de uma secretaria específica para tratar da militarização da educação. Tal alteração se deu por meio do decreto N° 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que estabeleceu:

Promover, fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital tendo como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, Polícias e Bombeiros Militares (Brasil, 2019).

Foi no contexto de criação dessa secretaria que foi instituído o Programa das Escolas Cívico-Militares, o PECIM. O Programa Escola Cívico-Militares (PECIM), criado por meio do Decreto N° 10.004/2019, previa uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Defesa, para a transformação de escolas públicas em escolas militarizadas. O objetivo, segundo o decreto, era criar um novo modelo de gestão compartilhada das escolas com participação dos militares na reserva. O argumento apresentado pelo programa é de que o mesmo “[...] visa melhorar a educação básica pública brasileira, sob forte influência do alto nível dos colégios militares do exército, das polícias e dos corpos dos bombeiros” (Brasil, 2019).

No entanto, de acordo com seus proponentes, as escolas cívico-militares, buscariam garantir uma escola com uma gestão participativa e democrática, comparada às escolas militares, que têm uma abordagem mais rígida e autoritária em sua gestão. De acordo com os documentos, o PECIM surge como uma iniciativa que busca conciliar hierarquização militar com a participação democrática da

comunidade escolar, oferecendo um programa de gestão compartilhada, incrementando um novo modelo de gestão.

É comum haver muitas dúvidas e confusões envolvendo a forma de organização dessas escolas, uma vez que o programa federal surge em 2019 ao mesmo tempo em que há outros formatos de militarização da educação já em curso em diversos estados do Brasil. Além de compreendermos que existem diferentes formatos de escolas militarizadas, outro esclarecimento importante a ser feito diz respeito à distinção entre Colégios militares, PECIM e escolas militarizadas. Essas diferenças serão abordadas nos próximos tópicos deste estudo, onde discutiremos os diversos formatos dessas instituições.

O avanço da militarização da educação caminha lado a lado com o avanço do conservadorismo em vários âmbitos, conforme diversos autores e autoras têm apontado Santos (2020), Lima; Golbspan; Santos (2022), Martins (2019). Este cenário é bastante preocupante, uma vez que o projeto conservador se contrapõe aos princípios da gestão democrática, previstos tanto na Constituição Federal, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os projetos de militarização preveem um controle sobre os corpos e diversidades, centralizando a gestão, o que é contrário à gestão democrática e ao ideal de uma escola diversa e plural para todos e todas. É um risco muito grande para diversas formas de existência, para autonomia das escolas e para a garantia do pluralismo de ideias, pressupostos fundamentais à democracia. Assim, justifica-se a relevância de continuar investigando o impacto deste projeto, sobretudo no âmbito dos estados e municípios, uma vez que a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições não encerra o avanço da militarização da educação e das pautas conservadoras.

É crucial mencionar que o PECIM foi extinto pelo Decreto nº 11.611, no ano de 2023. Entretanto, os efeitos e as consequências persistem. É importante destacar que a extinção do programa em nível federal, pelo governo Lula, desencadeou uma corrida por parte dos estados e municípios para estabelecerem programas próprios, visando manter ou expandir a militarização das escolas. Esse fenômeno aponta para um profundo enraizamento dos princípios do programa, justificando assim a continuidade dos estudos sobre essa temática

Santa Catarina está entre os estados que acolheram o projeto nacional PECIM e, imediatamente após o anúncio de seu encerramento, começou a se

mobilizar para a construção de um programa estadual, previsto para ser lançado ainda em 2024, conforme relatado pela gestora entrevistada nesta pesquisa. É importante, portanto, acompanhar a continuidade dos estudos sobre essa temática, observando como o processo de militarização nas escolas está se desenvolvendo e quais são seus efeitos nos currículos escolares.

O objetivo geral desta análise é entender como está transcorrendo o processo de militarização das escolas no estado de Santa Catarina a partir da inserção do programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Para alcançar esse objetivo, busca-se mapear quantitativamente quantas escolas públicas aderiram ao PECIM e a outras iniciativas locais de militarização, documentar como funcionam as escolas que aderiram ao PECIM em Santa Catarina, investigar os critérios utilizados para selecionar as escolas que aderem ao programa Escolas Cívico-Militares e como é feita a implementação do programa, além de analisar, no âmbito dos documentos orientadores do PECIM, as disputas e tensões que surgem em relação aos currículos escolares.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, abordaremos uma revisão de literatura de pesquisas acadêmicas associadas e próximas à nossa temática de pesquisa. Buscamos verificar quais pesquisas foram realizadas, os temas propostos e os principais autores da área, com o objetivo principal de focar nas escolas militarizadas e colégios cívico-militares (ECIM), investigando como esse processo está ocorrendo no Brasil, na região sul e, por fim, em Santa Catarina. Estabelecemos, assim, uma conexão com o nosso tema de pesquisa, utilizando essas fontes como base para explorar novas áreas de interesse.

Iniciamos a nossa pesquisa de revisão de literatura utilizando três plataformas de pesquisa em Português: Google Acadêmico, SciELO e Banco de Teses e Dissertações da CAPES em nível nacional. Além disso, consultamos as bibliotecas das principais faculdades do estado de Santa Catarina, incluindo UFSC, UDESC, UNIVALI e UNISUL, no período de 10 a 15 de maio de 2023.

Ao utilizar as plataformas, catalogamos todos os trabalhos de pesquisa acadêmica encontrados no período de 2019 <sup>1</sup>até maio de 2023, utilizando as palavras-chave: "Militarização das Escolas Públicas" e "Santa Catarina", "Militarização das Escolas Públicas" e "Currículo", "Militarização das Escolas Públicas" e "Currículo Escolar", "PECIM" e "Santa Catarina", "PECIM" e "Currículo", "PECIM" e "Currículo Escolar", "Colégios Militares" e "Santa Catarina", "Colégios Militares" e "Currículo", "Colégios Militares" e "Currículo Escolar". Essas palavras-chave foram utilizadas em conjunto com o termo booleano "AND". Os termos booleanos referem-se a siglas utilizadas para combinar ou refinar os resultados da pesquisa bibliográfica, permitindo-nos realizar buscas mais precisas e eficazes durante nossa revisão literária em bases de dados acadêmicas, sites e bibliotecas. Os principais termos usados são "AND" (e), que combina palavras-chave, retornando resultados que contenham as palavras-chave especificadas, mencionando as palavras-chave utilizadas; "OR" (ou), usado para ampliar a busca, buscando trabalhos que contenham pelo menos uma das palavras-chave específicas relacionadas a uma das palavras; e "NOT" (não), usado

---

<sup>1</sup> Início da vigência do PECIM.

para excluir termos indesejados dos resultados que contenham a palavra-chave desejada e termos não desejados (Picalho; Lucas; Amorim, 2022).

A plataforma com maior abundância de trabalhos acadêmicos encontrados foi o Google Acadêmico. Nela encontramos aproximadamente 38 trabalhos acadêmicos relevantes para a nossa pesquisa. Dentre esses trabalhos, encontramos 27 artigos, 7 dissertações e 2 dossiês, o 1º com 22 artigos e o 2º com 12 artigos.

Já nas plataformas SciELO e Banco de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos pouco material ou quase nada relacionado às palavras-chave utilizadas. Portanto, o Google Acadêmico se mostrou a fonte mais produtiva para encontrar os estudos relevantes para a nossa revisão literária.

É importante ressaltar a utilização de um dossiê como base para esta revisão de literatura, publicado pela Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, organizado por Catarina de Almeida Santos, Miriam Fábila Alves, Marcelo Mocarzel e Sabrina Moehlecke. O dossiê possui o título "Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário". Como mencionado, durante a revisão de literatura foram encontrados 38 trabalhos relevantes, que após um segundo refinamento e direcionamento para o tema principal do trabalho reduzimos a 16 trabalhos acadêmicos: sendo 10 artigos, 4 dissertações e 2 dossiês (um com 23 e o outro com 12 artigos), chegando em um total 7 de trabalhos selecionados.

O critério utilizado para selecionar os trabalhos da nossa área de interesse foi: abordar a temática do currículo escolar e abordar como está transcorrendo o processo de militarização em escolas públicas de diferentes regiões. Foram descartados trabalhos que não possuíam relação com o objetivo desta pesquisa, trabalhos anteriores ao período da busca e trabalhos indisponíveis na íntegra.

No entanto, é importante observar que nenhum desses trabalhos encontrados discute especificamente o currículo desses colégios, ou seja, o conteúdo selecionado e ensinado aos alunos, ou a influência que o processo de militarização vem trazendo para o campo do currículo. Essa lacuna na pesquisa indica que há uma falta de investigação sobre o currículo em si em colégios militares e ECIMs. É fundamental reconhecer que o currículo é uma arena de disputa política, onde ocorre um processo de tomada de decisões sobre o que será ensinado, como será ensinado e quais são os interesses e dinâmicas de ensino envolvidos visando a construção dos sujeitos e de uma dada sociedade. Autores como Apple (2006), por

exemplo, trabalham nessa perspectiva, analisando as questões políticas e ideológicas. Por essa razão, é necessário um maior enfoque na investigação do currículo desses colégios. Assim, essa relação entre militarização e currículo escolar é uma área a ser explorada, a qual será um dos eixos da nossa pesquisa, além de saber como está se dando o processo de militarização no estado de Santa Catarina.

Na tabela a seguir, apresentamos os trabalhos selecionados para revisão de literatura e posteriormente uma breve síntese dos principais achados.

Tabela 01 - Trabalhos selecionados para revisão literária

nº	Título	Autor(a)	Ano	Tipo de Publicação	Local de Publicação
01	militarização da educação pública no brasil em 2019: análise do cenário nacional	SANTOS, EDUARDO JUNIO FERREIRA; ALVES, MIRIAM FÁBIA ALVES	2022	artigo	políticas públicas, avaliação e gestão
02	militarização das escolas públicas no espírito santo	OLIOSE, IVAN CARDOSO; OLIVEIRA, EDNA CASTRO DE	2023	artigo	revista retratos da escola, Brasília
03	a (des)continuidade das escolas-cívico militares após as eleições de 2022	CAVALCANTI, SILVIA DIENER; SCHLÜNZEN, ELISA TOMOE MORIYA; JUNIO, KLAUS SCHLÜNZEN	2023	artigo	boletim de conjuntura (boca)
04	militarização escolar em minas gerais: tensões e retrocessos na relação entre educação e juventudes	SARAIVA, ANA MARIA; SILVA, ANALISE DE JESUS DA	2023	artigo	revista retratos da escola, Brasília
05	o avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras autoritarismo e silenciamento x democracia e reflexão	NASCIMENTO, MARIA AMÉLIA SILVA; MOREIRA, JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA	2021	artigo	revistas uneb
06	militarização das escolas públicas no brasil: um debate necessário	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	2019	dossiê	revista brasileira de política e administração da educação
07	militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do estado	VEIGA, CARLOS HENRIQUE AVELINO	2020	dissertação	universidade federal rural do rio de janeiro instituto de

nº	Título	Autor(a)	Ano	Tipo de Publicação	Local de Publicação
					educação/ instituto multidisciplinar programa de pós-graduação em educação, contextos contemporâneos e demandas populares

Fonte: Tabela feita pelo autor(2023).

A militarização das escolas no Brasil tem sido mais amplamente discutida, abrangendo diferentes regiões e contextos a partir do ano de 2019 justamente devido a inserção do PECIM em âmbito nacional. Após a leitura dos trabalhos selecionados na revisão de literatura, destacamos algumas considerações importantes.

Santos e Alves (2022) realizaram um levantamento das escolas militares e militarizadas, fornecendo dados quantitativos sobre sua quantidade. Segundo o levantamento realizado pelos autores até dezembro de 2019 o Brasil possuía 155 escolas estaduais militarizadas e 85 escolas municipais militarizadas, somando ao total 240 escolas militarizadas.

Das 240 escolas públicas militarizadas, temos 79 (32,92%) na Bahia, 67 (27,92%) em Goiás, 18 (7,5%) em Roraima, 14 (5,83%) no Maranhão, 13 (5,42%) no Amazonas, 12 (5%) no Tocantins, 10 (4,17%) no Distrito Federal, 8 (3,33%) no Mato Grosso, 7 (2,92%) em Rondônia, 3 (1,25%) no Acre, 3 (1,25%) no Amapá, 3 (1,25%) no Paraná, 2 (0,83%) no Pará e uma (0,42%) no Piauí. [...] dados de acordo com as cinco regiões geográficas, nota-se que, do conjunto das escolas públicas militarizadas, 94 (39,17%) estão no Nordeste, 85 (35,42%) no Centro- -Oeste, 58 (24,17%) no Norte e 3 (1,25%) no Sul. Não registramos escolas públicas militarizadas em nenhum estado da região Sudeste. No Sul, só encontramos escolas do tipo no Paraná. (Santos; Alves, 2022).

Nascimento e Moreira (2021) refletiram sobre a militarização na educação brasileira, especialmente nas Escolas Cívico-Militares (ECIM), e criticaram as justificativas de redução da violência e melhoria do desempenho escolar, argumentando que essas escolas moldam subjetividades de forma violenta e vão contra uma educação democrática e emancipadora.

A pesquisa de Veiga (2020) explorou a relação entre a reforma administrativa do Estado e a expansão da gestão compartilhada de escolas públicas com as corporações militares. Ele identificou diferentes modelos de parcerias e constatou um aumento da militarização das escolas nos últimos anos, enfatizando que a qualidade dessas escolas está mais relacionada a investimentos em infraestrutura do que à pedagogia militar em si. O autor também discute como a reforma administrativa, em busca da manutenção da hegemonia burguesa, tem permitido parcerias público-público e público-privadas através da militarização das escolas públicas como estratégia de controle social sobre as populações mais vulneráveis.

Outros estudos focaram em contextos específicos. Olio e Oliveira (2023) analisaram o processo de militarização nas escolas do estado do Espírito Santo, destacando a importância de não confundir rigor com rigidez autoritária e defendendo uma abordagem flexível na educação. Pesquisando a militarização da escola pública em Minas Gerais, Saraiva e Silva (2023) abordaram a temática ressaltando seu contexto social e político, analisando a negação das singularidades das juventudes e a violação da gestão democrática da educação como desdobramento da militarização das escolas estudadas.

Alguns pontos dos trabalhos acadêmicos lidos nos chamaram atenção. A maioria dos trabalhos está focada na região do Centro-Oeste brasileira, especificamente no estado de Goiânia, Distrito Federal e nas regiões Norte e Nordeste. Possivelmente, uma das causas da região centro-oeste ter o maior número de publicações sobre o tema é o fato de que o processo de militarização das escolas públicas teve início ali, além do interesse político existente, e a grande cultura militar. Além disso, nas universidades do centro-oeste estão concentrados importantes grupos de pesquisa sobre esta temática como: GEPEJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude e Políticas Públicas e Gestão Escolar: aspectos socioculturais e contemporaneidade

Em um dos estudos mais recentes a que tivemos acesso, Cavalcanti et al. (2023) abordaram o Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM), destacando a falta de posicionamento claro do governo em relação a esse programa. Eles também criticaram as escolas militarizadas, enfatizando seus efeitos negativos e justificativas questionáveis, em contraposição aos princípios de Paulo Freire.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo se configura como uma pesquisa qualitativa. Essa abordagem revela uma significativa flexibilidade, independente de conhecimentos específicos, sendo aplicável a diversos referenciais teóricos para a análise desses elementos. A análise qualitativa é particularmente valiosa devido à sua habilidade em lidar com uma variedade de caracteres, provenientes de diversas fontes, permitindo a produção de análises embasadas tanto em dados concretos quanto em teorias.

A abordagem qualitativa revela-se altamente pertinente, permitindo o estudo de fenômenos humanos que não podem ser unicamente quantificados em números e indicadores. Essa abordagem concentra-se na compreensão e elucidação das dinâmicas sociais, conforme mencionado por Gerhardt e Silveira (2009). Dessa maneira, a abordagem qualitativa proporciona uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos sociais, valorizando a subjetividade dos indivíduos envolvidos e reconhecendo a complexidade das interações sociais.

Conforme argumentado por Kripka, Scheller e Bonotto (2015), um dos principais instrumentos para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa é o próprio pesquisador, que desempenha um papel fundamental na coleta de informações, tornando-se parte integrante do processo de pesquisa. A pesquisa é construída em conjunto entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, por meio de suas experiências individuais. Nesse sentido, é crucial ressaltar que não há neutralidade por parte do pesquisador, uma vez que ambos os lados influenciam e são influenciados pelo objeto de pesquisa (Patias e Von Hohendorff, 2019).

Como instrumento para coleta de dados, recorreremos à análise documental como instrumento central, englobando a interpretação sistemática de documentos. O termo "documentos" refere-se a qualquer material que contenha informações registradas, como textos, imagens, áudio, vídeo, entre outros, destacando-se como foco primordial em nossa metodologia. A condução da análise documental, enquanto forma de pesquisa e coleta de dados, visa proporcionar uma compreensão mais profunda sobre como o tema em questão está sendo caracterizado. Os documentos analisados desempenham um papel fundamental, oferecendo insights valiosos para enriquecer e fundamentar nossa pesquisa. Esta pesquisa se utilizou extensivamente

de fontes documentais, obtidas por meio de consultas a sites e ambientes virtuais públicos.

Numa segunda etapa da pesquisa, foi aplicado um questionário junto à Secretaria da Educação de Santa Catarina, respondido pela gestão responsável pelas escolas militarizadas de SC. As perguntas foram baseadas e elaboradas a partir dos documentos analisados.

O questionário é um instrumento estruturado de coleta de dados, contendo questões formalmente elaboradas, seguindo uma sequência padronizada. Todas as questões do questionário tiveram como finalidade responder a um ponto do eixo do nosso trabalho, correlacionando o discutido nos documentos analisados para compreender a adesão ao projeto PECIM em SC.

No desenvolvimento do questionário, adotamos uma estrutura progressiva, de modo a construir uma narrativa coesa que se desdobra de forma significativa ao longo das perguntas. Buscamos criar uma coesão, onde cada questão se encaixasse harmoniosamente na sequência, contribuindo para a construção de uma história que fizesse sentido para o trabalho em questão.

. Essa pesquisa tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre o processo de militarização das escolas no Estado de Santa Catarina, investigando motivações, impactos e desdobramentos, a fim de contribuir para o debate acadêmico e subsidiar reflexões sobre os rumos da educação no estado. Além disso, por meio da análise dos documentos orientadores do PECIM, analisamos e problematizamos possíveis impactos no âmbito dos currículos escolares para a formação dos estudantes, considerando aspectos como valores, habilidades e conhecimentos adquiridos.

Conforme destacado por Braun et al. (2009) e Clarke e Braun (2013), a análise qualitativa exige uma abordagem cuidadosa e reflexiva sobre os dados, assegurando que os temas emergentes estejam alinhados com a teoria subjacente ao estudo.

A análise dos dados levou em conta a triangulação das informações obtidas nas fontes documentais, questionários e pressupostos teóricos que orientam o trabalho, além da construção analítica do pesquisador. Assim, a análise qualitativa possibilita uma exploração aprofundada dos caracteres, revelando insights significativos e contribuindo para o avanço do conhecimento

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 CORRELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO E MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A ascensão do conservadorismo no cenário econômico e político está intrinsecamente relacionada à ampliação relativa de direitos sociais conquistados ao longo dos anos. Durante esse período, houve um considerável avanço na obtenção de direitos por grupos historicamente subalternizados, exemplificado, por exemplo, pela introdução da obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" criada em 2008 (Lei Nº 11.645) e da implementação da lei de cotas criada em 2012 (Lei Nº 12.711 ). Grupos conservadores, que englobam segmentos religiosos, ruralistas, empresários e militares, têm se fortalecido desde então, para promoverem uma resposta contrária a esses avanços conquistados por grupos subalternizados. Eles percebem que tais avanços ameaçam sua hegemonia na hierarquia social. Este contexto é essencial para compreender a crescente militarização das políticas educacionais (Lima et al., 2022). O movimento de militarização da educação é uma expressão do avanço do conservadorismo em suas políticas no Brasil (Santos, 2020). Através da análise proposta por Lima, et al. (2022), evidencia-se que a militarização da educação configura uma ressurgência de uma perspectiva idealizada do passado. Esta manifestação é notável pela sua orientação ideológica conservadora, que engloba a valorização da tradição, a promoção do militarismo, a defesa da estrutura familiar heteronormativa e a ênfase na autoridade hierárquica. A contribuição desses autores proporciona uma compreensão crítica da complexidade subjacente a esse fenômeno, destacando suas ramificações na esfera educacional sob uma lente acadêmica cuidadosa.

A atuação de tais dinâmicas age especialmente no ajustamento dos comportamentos e acaba por resgatar formas de ser homem e de ser mulher, por meio do controle do trabalho das professoras e também por meio da introdução dos jovens e das jovens em uma cultura militarizada, de herança patriarcal, heteronormativa e policialesca, mantendo, assim, o pensamento hegemônico sexista (Lima, et al., 2022, p. 16).

Nesse contexto, a educação se converte em um terreno propício para a difusão dessas ideias, transformando-se, assim, em um espaço de interesse destes grupos.

Assim, a influência do conservadorismo na educação transcende o processo de militarização e também afeta diversas políticas, evidenciando claramente como o conservadorismo está modelando o panorama educacional e ameaçando os princípios fundamentais da educação como tratado por Lima et al. (2022). Observamos esse movimento, por exemplo, na presença de conservadores na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como discutido no texto "BNCC: Disputa pela Qualidade ou Submissão da Educação?" pelos autores Peroni et al. (2019)

Na disputa pela BNCC entre os sujeitos que despontam estão os neoconservadores, que defendem o regresso aos valores tradicionais, à moralidade e à religião. Esses grupos baseiam suas posições na educação através de visões fundamentadas na autoridade bíblica, moral cristã, as questões de gênero e o papel da família[...]Grupos conservadores ganharam centralidade na discussão da BNCC, incluindo a censura aos livros didáticos. No caso do Brasil, os neoliberais e conservadores vêm-se articulando a longa data. Embora com pautas diferentes, quando os interesses são comuns, eles se unem, como foi o caso da BNCC em temas ligados a gênero, sexualidade, família. (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019 p. 47).

Nesse contexto, torna-se essencial compreender a relação intrínseca entre o conservadorismo, a militarização da educação e os desafios que a educação contemporânea enfrenta (Santos, 2020). A análise dessas interconexões é crucial para o desenvolvimento de estratégias que preservem os princípios essenciais da educação.

#### 4.2 MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Conforme apresentado, nosso trabalho aborda diversas vezes a ideologia militar que é implementada nas escolas militarizadas e no próprio PECIM, afetando a dinâmica escolar e se opondo ao que se espera de uma gestão democrática. Dessa forma, consideramos ainda importante enfatizar que as bases políticas e ideológicas que sustentam o processo de militarização encontra-se no militarismo. A partir de Aliaga (2023), entendemos o militarismo como "ideias, práticas e movimentos

orientados pelos valores e concepções militares, presentes na cultura política brasileira, incluindo, portanto, tanto elaborações intelectuais militares quanto civis (p. 1) uma precisamos desenvolver como essa ideologia militar é incorporada ao dia a dia e à rotina das escolas que passaram pelo processo de militarização.

Dizemos que essa ideologia é caracterizada por um conjunto de crenças e valores que orientam e conduzem a mentalidade dos militares ou forças armadas, moldando sua atuação. Ela é carregada de uma forte expressão de nacionalismo, uma estrutura hierárquica rigorosa e uma manutenção da ordem e segurança. .

A partir disso, o que caracteriza essa ideologia é o forte nacionalismo, que enfatiza a soberania e a independência do Brasil contra influências externas, como o anticomunismo, por exemplo, muito usado durante a ditadura militar . Outro ponto fundamental dessa ideologia é a disciplina e a hierarquia. A partir de uma estrutura rígida, são elementos centrais a obediência às ordens e o respeito à cadeia de comando. O patriotismo, o amor pela pátria, exaltando o sacrifício pelo bem da nação, a obediência à autoridade e a disciplina rigorosa são fundamentais. Mais atualmente, tem -se observado o avanço desse movimento em suas expressões mais antidemocráticas e intervencionistas em diversas esferas, incluindo a educação (Aliaga, 2023)

A implementação do formato militarizado em escolas públicas têm um impacto significativo na dinâmica escolar, muitas vezes contrariando os princípios da gestão democrática. É crucial considerar os efeitos na perda de autonomia, na participação democrática e na formação cidadã dos alunos.

Ao trabalharmos com os conceitos de "militarização da Educação", nos deparamos com uma complexidade significativa de sentidos. Isso ocorre, principalmente, devido ao fato de que a ideologia militar não se restringe a um único modelo ou forma de militarização, mas sim a várias formas (Santos, et al., 2019). Diversos distritos e localidades de escolas militarizadas apresentam uma variedade de modelos em andamento, organizando-se de maneiras distintas e possuindo dinâmicas próprias. Apesar dessa diversidade, é possível identificar pontos comuns que caracterizam essa ideologia. Por essa razão, é importante brevemente caracterizá-los.

São muitas as questões e problemáticas envolvidas diante desse cenário. E antes de discutirmos as diferentes formas de organização de colégios militares e

militarizados, que serão desenvolvidas no próximo eixo deste trabalho, é importante abordar alguns questionamentos centrais. Por que têm avançado a militarização do ensino público? Quais são os principais argumentos que costumam ser mobilizados na defesa desse projeto de educação?

Dentre as justificativas utilizadas por governadores e prefeitos para legitimar o processo de militarização da educação estão os resultados positivos alcançados pelos colégios militares em avaliações nacionais, como o IDEB e o ENEM. Acredita-se e justifica-se que essas instituições apresentam um elevado nível de qualidade educacional, o que serve como fundamentação para a escolha e transferência da gestão escolar (Mendonça, 2019).

Como veremos, são muitos os interesses e disputas em torno desse projeto. Grupos conservadores (religiosos, ruralistas, empresários e militares), por exemplo, estão entre os maiores defensores do modelo. Para eles, as escolas militarizadas são um modelo eficiente de educação e poderiam resolver todos os problemas da educação pública no Brasil. Tais argumentos baseiam-se em crenças equivocadas, de que a violência e falta disciplina são uma presença constante no ambiente escolar, resultantes da ineficiência das escolas e seus docentes. Essa crença mascara os verdadeiros problemas que as escolas públicas enfrentam, tais como escassez de recursos financeiros, falta de professores e valorização da carreira docente, carência de uma infraestrutura adequada, ausência de políticas efetivas, entre outros desafios.

Esse processo de sucateamento, que vem se arrastando por anos, contribui para uma total falta de valorização do ensino público. É evidente que essa falta de valorização afeta negativamente a qualidade da educação oferecida, prejudicando tanto os profissionais da área quanto os estudantes, acentuando ainda mais a desvalorização do ensino público, promovendo a militarização como alternativa.

A militarização é um componente de um projeto hegemônico e conservador que coloca em risco a permanência dos direitos fundamentais descritos constitucionalmente, como o direito à educação (Ximenes, 2019), ferindo principalmente Artigo 206 da Constituição Federal, que trata de como o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios :

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (Brasil, 1988).

Dentre as problemáticas que cercam o projeto de militarização, uma delas é seu caráter altamente excludente. Importante salientar que o processo de ingresso nas escolas militares, que são utilizadas como modelo para as escolas militarizadas, se dá de formas diversas, incluindo uma seleção que muitas vezes não é justa, excluindo alunos com deficiências ou condições financeiras desfavoráveis. Além disso, os alunos selecionados são obrigados a adquirir o kit de uniforme, que comumente é custeado pelas famílias, o que poderia ser um obstáculo financeiro para algumas famílias. Em algumas escolas militares, há a cobrança de uma taxa mensal - o que vai contra a ideia de ensino público - para que os alunos possam permanecer nas escolas militares. Ademais, o próprio sistema e a cultura escolar militarizada acabam por excluir diversos estudantes, que não “se enquadram” neste modelo. Assim, nota-se, que o modelo dos colégios militares, que costuma ser utilizado para ilustrar o que viriam a ser as escolas públicas militarizadas, não se apresenta como uma alternativa viável para a escola pública, que atende gratuitamente, sem quaisquer restrições, seleção ou cobrança a todos e todas.

Esse modelo de ensino pode segregar os alunos entre “bons e ruins”, ou com dificuldades, e excluir a diversidade, já que os alunos devem se adaptar às normas existentes nos quartéis, gerando violência em seus corpos e perda de emancipação. Além disso, há uma perda de liberdade de discussão e pluralidade de ideias em troca de uma submissão à hierarquia imposta pelos militares. Essas práticas contribuem fortemente para a ideia de meritocracia.

A militarização da educação é caracterizada pela parceria ou entrega da gestão escolar nas mãos de militares, que buscam replicar o modelo de colégios militares, na expectativa de uma educação eficiente, tanto no que tange à aprendizagem quanto à formação moral, realizada por meio de mecanismos de

controle: Uniformes escolares, Hierarquia e estrutura de comando e Regras estritas de comportamento são alguns exemplos. O objetivo é trazer ordem, submissão e disciplina aos alunos, na esperança de melhorar as atividades e o aprendizado dos mesmos através do controle.

A seguir, apresentamos alguns argumentos que explicam como e porquê essa lógica passa ser trazida para educação. De acordo com os estudos que embasam este trabalho (Santos, et al, 2019, Mendonça, 2019, Ximenes et al, 2019, Alves; Tioschi, 2019, Martins, 2019 ), a justificativa para introduzir a lógica militar nas escolas tem se dado por três vias principais: pelo discurso do medo e do combate à violência, pelo alegado desempenho superior das escolas militarizadas, e pela disciplina que estes modelos trariam para escolas, uma vez que a falta de disciplina é vista como um grande problema das escolas. A militarização da Educação surge como uma resposta criada através de um processo baseado no medo, conforme abordado por Cunha e Lopes (2022) em seus trabalhos. As violências existentes tanto dentro como fora das escolas também levam muitas famílias a apoiarem a interferência dos militares no ambiente escolar. No entanto, é importante ressaltar que a escola reflete a sociedade em que vivemos. Se a sociedade é marcada pela violência, isso resulta em uma escola violenta (Mendonça, 2019).

A violência gera um grande temor nas famílias, o que limita uma análise abrangente do fenômeno de forma mais ampla. A violência é um fenômeno social que não se restringe ao âmbito escolar. Destacamos que a violência não é produzida nas escolas, mas sim refletida por elas. No entanto, o medo do perigo e violência resulta em um contexto no qual se busca respostas rápidas e eficazes, e é a partir desse ponto que surge a proposta de militarização como uma possível solução. Os importantes acontecimentos de abril de 2023<sup>2</sup>, que incluíram ataques recentes a escolas e creches, ilustram de maneira evidente essa realidade. A resposta mais rápida encontrada diante dessas situações em muitos lugares, como Santa Catarina, foi colocar segurança armada nas escolas. Trata-se de uma ação que de forma controversa olha apenas para a consequência e não analisa devidamente os fatores que têm provocado o aumento desses ataques.

---

<sup>2</sup><https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/07/com-2-ataques-e-9-mortes-sc-tem-promessa-de-vigilantes-em-escolas-que-nao-saiu-do-papel-desde-2021.ghtml>

O segundo ponto a ser abordado dentro do conceito de "militarização da educação" é o potencial que as escolas públicas municipais e estaduais têm em relação aos resultados em provas de avaliação a nível nacional. Esse potencial é frequentemente utilizado como justificativa para a implementação de medidas de militarização.

Partindo da premissa de que os colégios militares são mais eficientes e possuem melhores indicadores de qualidade (especialmente o IDEB), e considerando a necessidade de uniformização dos modelos existentes, o MEC estuda a normatização do modelo e a certificação das escolas que o aplicarem na sua integridade (Ximenes, et al., 2019).

Reforçando a ideia de que a gestão escolar pública e democrática é incapaz de alcançar resultados educacionais satisfatórios, defensores das propostas de militarização argumentam que as escolas públicas são frequentemente associadas a um ambiente de desordem e falta de disciplina. Essa visão é compartilhada por Mendonça (2019), que destaca a percepção de que as escolas públicas enfrentam desafios no que diz respeito à qualidade educacional e ao ambiente propício para a aprendizagem. Essa premissa é utilizada para desqualificar o ensino conduzido por profissionais civis, especialmente nas escolas localizadas em áreas periféricas que, muitas vezes, enfrentam a falta de investimentos adequados por parte dos órgãos federais e estaduais de educação.

O discurso fantasmático no apoio à militarização da gestão tem sido abordado por meio da exposição de casos de violência nas escolas, bem como em demonstrações de dados de resultados de desempenho elevados das escolas militares.(Cunha; Lopes,. 2022).

Além de sugerir que os baixos resultados das escolas são consequências de suposta ineficiência da gestão e dos docentes, outro ponto que costuma ser levantado, é que tais questões estariam relacionadas à indisciplina dos estudantes. Argumenta-se que os alunos de escolas públicas, localizadas em regiões periféricas com altos índices de violência, apresentam baixos resultados em provas de nível nacional devido à falta de disciplina e educação. Então, a solução proposta para essa questão é a implementação de uma gestão militar, inspirada na metodologia dos quartéis, caracterizada pela hierarquização e submissão, sem espaço para questionamentos ou escolhas. Essa visão é defendida tanto por grupos políticos quanto por alguns pais de estudantes.

A imposição de rígidas normas disciplinares e de conduta conduzidas por policiais fardados e armados no interior da escola, em postos de gestão escolar, levaria professores e estudantes que não se adaptam a serem excluídos da escola. Até normas que regulamentam a aparência física são impostas, como corte curto de cabelos para meninos e coque para meninas, como o padrão militar; cabelos e barbas bem aparados para professores; vedação de uso de acessórios considerados extravagantes para meninas e professoras; blusa para dentro da calça para estudantes e jalecos até os joelhos para professores e professoras (Mendonça, 2019).

Por um lado, com relação à população em geral, a falta de conhecimento sobre a área de educação e pedagogia leva a uma crença equivocada de que a aplicação da metodologia militar em escolas, baseada em poder hierárquico, submissão e disciplina rígida em crianças e adolescentes, resultará em indivíduos preparados para viver em uma sociedade disciplinada. Por outro lado, esses argumentos são intencionalmente sustentados por grupos conservadores e neoliberais que defendem a militarização da educação com o objetivo de exercer controle sobre determinados grupos sociedade e de impor um modelo de educação que atenda os princípios conservadores que lhes interessam, tais como: hierarquia, padronização, controle, retomada de uma alegada tradição, obediência, apagamento da diversidade, mérito, etc . Essa abordagem restringe a liberdade dos estudantes e não promove uma sociedade emancipada, como defendido por renomados autores na área da educação, como Paulo Freire, por exemplo. Autoras de referência no tema, como Alves e Santos (2019), destacam de forma clara o impacto negativo dessa ideologia nas escolas.

normas de disciplina calcadas apenas na obediência heterônoma, que pouco ou nenhum resultado pedagógico alcança a não ser o adestramento a comportamentos padronizados, inclusive de aparência, de falta, de cumprimento; não parece fazer bem a crianças e adolescentes negar-lhes o direito à diversidade e à própria individualidade obrigando-os a manter determinado corte de cabelo ou proibindo-as de usar certos tipos de adereços próprios da idade em que o vínculo a grupos e tribos é característico. cabelos masculinos e obrigatoriedade de coque para as meninas é retroceder quanto aos avanços pedagógicos conquistados ao longo de séculos. é a ilusão de que as escolas militarizadas terão obrigatoriamente resultados escolares superiores às demais escolas ( Santos, et al.,2019).

Todos esses pontos comuns encontrados em diversos trabalhos e autores, utilizados como referência para a produção deste capítulo, ressaltam a ideia de que

os principais eixos que sustentam e justificam a militarização da educação nas escolas são:

**I) Medo da violência nas escolas** : A presença de altos índices de violência, tanto dentro como fora das escolas, é frequentemente mencionada como um fator que impulsiona a busca pela militarização como uma forma de controle e segurança. (Alves; Toschi, 2019; Rêses; Paulo, 2019; Ribeiro; Rubini, 2019).

**II) Comparação dos resultados entre escolas públicas e escolas militarizadas:** Há uma análise comparativa dos resultados acadêmicos e desempenho em avaliações nacionais entre escolas públicas convencionais e escolas militarizadas, utilizada para justificar a adoção desse modelo. (Mendonça, 2019; Lace; Santos; Nogueira, 2019; Pinheiro; Pereira; Sabino, 2019; Ribeiro; Rubini, 2019).

**III) Disciplina**, submissão e aplicação da metodologia militar dos quartéis em crianças e adolescentes: A ênfase na disciplina rígida, hierarquia e submissão é um dos pilares da militarização da educação, buscando moldar comportamentos e criar um ambiente de ordem e controle.(Ribeiro; Rubini, 2019; Rêses; Paulo, 2019; Santos; Vieira, 2019).

**IV) Desqualificação da escola pública:** Uma visão desqualificadora do ensino e gestão escolar conduzidos por profissionais civis é frequentemente presente na defesa da militarização, argumentando que a abordagem militar é mais eficiente e necessária para enfrentar os desafios educacionais. (Sauer; Saraiva, 2019; Alves; Toschi, 2019; Ximenes; Stuchi; Moreira, 2019).

Esses conceitos são recorrentes na literatura e debates sobre a militarização da educação e contribuem para a compreensão e análise crítica desse fenômeno.

Nesse sentido, os projetos de militarização se contrapõem à perspectiva da Gestão Democrática, princípio estruturante da escola pública brasileira previsto na Constituição Federal e na LDBEN. De acordo com Santos (2020), o processo de militarização representa uma ameaça à ainda frágil construção de uma escola

pública democrática, que seja acessível a todos, um espaço de diálogo, diversidade, multiculturalismo e experiências coletivas enriquecedoras. Essa militarização compromete a construção de um modo de vida democrático e livre.

#### 4.3 O CURRÍCULO OFICIAL E OCULTO EM DISPUTA NOS PROJETOS DE MILITARIZAÇÃO

O conceito de currículo na língua portuguesa, apresenta dois sentidos distintos. O primeiro relaciona-se à trajetória profissional, trazendo a ideia de como a experiência é construída. O segundo sentido refere-se à construção de uma carreira como estudante, mais concretamente, aborda os conteúdos que o aluno irá aprender durante seu percurso, a organização desse aprendizado, a forma como o aluno deve superar desafios e a maneira de estruturá-lo (Sacristán, 2013).

O currículo desempenha um papel decisivo como organizador e regulador no processo de ensino. Ele se torna, assim, um elemento crucial na seleção e ordenação dos conteúdos, regulando o ensino de acordo com as exigências e níveis de acesso aos diferentes graus de conhecimento (Sacristán, 2013). Dessa forma, o currículo é distribuído ao longo do tempo escolar, associando os conteúdos aos grupos etários dos estudantes e o grau de aprendizagem. Em suma, o currículo é regulado e distribuído por períodos específicos para ensinar e aprender, inserindo conteúdos de maneira organizada e coerente.

De maneira crítica e problematizadora, não devemos rotular o currículo apenas como um organizador de conteúdo, mas como um artefato cultural que contém valores e ideologias que serão transmitidos. Assim, o currículo atua como uma forte ferramenta através da qual a cultura dominante perpetua suas normas e expectativas, moldando como os estudantes entendem o mundo e a si mesmos. Em seu trabalho "Documentos da Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo" de 1999, Silva nos apresenta como o currículo contribui para a formação da identidade dos alunos, influenciando sua percepção de gênero, etnia, classe e demais marcadores sociais. O currículo reflete e reforça as identidades hegemônicas, marginalizando as vozes e experiências de grupos minoritários.

O currículo é um campo onde o poder é exercido através da organização do conhecimento, e a decisão de excluir ou incluir é profundamente política, refletindo as estruturas de poder da sociedade e o grupo que está no controle naquele momento. As narrativas valorizadas por esses grupos moldam a compreensão dos estudantes sobre o mundo, resultando em uma visão não neutra, mas carregada de significados que promovem certas perspectivas enquanto silenciam ou apagam outras (Silva, 1999). Assim, entendemos que o currículo está profundamente relacionado à lutas por ideologia e hegemonia, e por essa razão, é dispositivo central para a reprodução das desigualdades sociais.

Assim, neste trabalho entendemos que o currículo não é um simples documento de organização, mas um artefato cultural que tem o poder de moldar, excluir ou incluir determinados conhecimentos, histórias e culturas. Por essa razão, ele promove diferentes visões de mundo e reflete ideologias dominantes. Isso pode ser utilizado para manter a hegemonia cultural e social, mas também para exercer práticas inclusivas e democráticas que promovam a justiça social através da desmarginalização de saberes locais e inclusão de grupos minoritários que sofreram apagamento histórico devido à visão ideológica dominante (Silva, 1999).

Desta maneira currículo pode ser analisado e distinguido em dois tipos distintos: o currículo oficial, prescrito e documentado formalmente, e o currículo oculto, que opera nas entrelinhas e nas lacunas deixadas pelo currículo oficial, moldando e influenciando de maneira simbólica. Assim, compreender a interação entre o currículo oficial e o currículo oculto é fundamental para uma visão abrangente do processo educacional, pois ambos desempenham papéis cruciais na formação integral dos alunos (Silva, 1999).

O currículo prescrito diz respeito, conforme Sacristán (2000), a um conjunto de documentos oficiais reguladores, que podem ser produzidos, no caso do Brasil, em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, também podemos compreender que definições oficiais acerca do conhecimento escolar a ser ensinado na escola presentes em leis, normas, diretrizes, livros didáticos e propostas curriculares também compõem o currículo prescrito. Ele é, posteriormente, ainda é traduzido e atualizado por meio de planos de ensino e planos de aula elaborados pelos professores. Dessa forma, o currículo é registrado e documentado, constituindo-se como uma referência estruturada que orienta o processo educativo

(Araújo, 2018). Essa documentação serve como base para a organização do ensino, assegurando uma abordagem consistente e alinhada com os objetivos educacionais estabelecidos nos níveis oficiais. Neste rol de documentos que costumam compor o currículo prescrito, estão contemplados a listagem de conteúdos a serem ensinados nas escolas, as experiências a serem vividas, organizadas em função de propósitos educativos e saberes, incluindo atitudes, crenças e valores. Essa estrutura curricular abrange não apenas o conhecimento teórico a ser transmitido, mas também as habilidades a serem desenvolvidas, as atitudes desejadas e os valores que se espera que os estudantes adquiram ao longo de sua formação (Araújo, 2018).

O currículo oculto se configura como uma entidade oposta ao currículo prescrito oficial. Ele é constituído por todos os aspectos do ambiente escolar que não fazem parte do currículo explícito e oficial, contribuindo de maneira implícita para o processo de aprendizagem dos alunos. O que é assimilado por meio do currículo oculto são, fundamentalmente, comportamentos, atitudes, valores e orientações, possibilitando que crianças e jovens se ajustem de forma mais conveniente às estruturas e normas de funcionamento (Silva, 1999).

Este componente não formal do currículo está presente nas interações diárias, nas relações interpessoais, nas normas não escritas e na cultura escolar como um todo. Ao contrário do currículo prescrito, o currículo oculto opera de maneira submersa, moldando a percepção do ambiente escolar e influenciando o desenvolvimento social e emocional dos estudantes (Silva, 1999).

É importante reconhecer que, embora não seja explicitamente delineado, o currículo oculto exerce um papel significativo na formação dos alunos, contribuindo para a construção de identidades, valores e habilidades sociais que transcendem o conhecimento formal transmitido no currículo oficial.

A discussão sobre o currículo prescrito e o oculto pode nos revelar uma profunda interconexão com a problemática da militarização da educação. Ao reconhecermos e entendermos que o currículo tem a capacidade de influenciar e moldar a formação dos alunos e até mesmo a sociedade, não podemos ignorar como certos valores e ideologias, muitas vezes associados a agendas conservadoras, podem ser incutidos no ambiente escolar por meio do currículo.

Para Thiesen e Gomes (2016) é visível a intensificação da atuação de grupos conservadores que buscam ganhar espaço em diversas áreas da vida social e expressivamente na educação.

Todas essas iniciativas se conectam de diversas formas com a agenda neoconservadora, especialmente no que diz respeito ao apreço pela padronização, disciplinarização e aumento do controle sobre os alunos, sobre os professores e sobre o currículo.

O currículo, enquanto construção social e cultural, é moldado e influenciado por uma multiplicidade de elementos, como valores, interesses e relações de poder que permeiam a sociedade (Silva 1999). O currículo é uma construção social que é moldada de acordo com os interesses das classes dominantes no poder, representando uma projeção do futuro modelo de sociedade, baseado nos próprios interesses de conhecimento.

Fundamentalmente, Althusser argumentava que a educação constituiria um dos principais dispositivos através do qual a classe dominante transmitia suas idéias sobre o mundo social, garantindo assim a reprodução da estrutura social existente [...] De forma geral, essa transmissão da ideologia estaria centralmente a cargo daquelas matérias escolares mais propícias ao "ensino" de idéias sociais e políticas: História, Educação Moral, Estudos Sociais, mas estariam presentes, também, embora de forma mais sutil, em matérias aparentemente menos sujeitas à contaminação ideológica, como Matemática e Ciências. (Moreira; Tadeu, 2013. p, 21-22).

Por outro lado, o currículo também é um terreno em disputa, que pode colaborar para a transformação das relações de poder. Por essa razão, o currículo escolar é sempre alvo preferencial de reformas e projetos educacionais

O currículo está estreitamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas. O currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos [...].A seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes. (Silva,1999. p, 46).

O currículo enquanto dispositivo central das funções da escola também costuma ser alvo dessas iniciativas da ideologia de militarização da educação. No escopo do projeto de militarização da educação são previstas a inserção de disciplinas e práticas alusivas às práticas militares. Há ainda a vigilância que naturalmente aumenta em relação ao currículo escolar e ao trabalho docente.

De acordo com Santos (2020), algumas análises preliminares dos documentos do PECIM evidenciam que o programa se inscreve na construção do

discurso conservador de crise da escola e forja, como saída para tal, a necessidade de uma mudança na forma de gestão das escolas, da restauração da moral e da disciplina hierárquica. .

O documento intitulado *Diretrizes para as Escolas Cívico militares* (Brasil, 2021) traz uma seção específica para tratar de mudanças no âmbito do currículo dessas escolas. Tais mudanças abarcam várias questões que dizem respeito ao currículo oficial e oculto, como podemos identificar no trecho a seguir:

É recomendado que o desenvolvimento de valores e atitudes, bem como atividades cívicas e de cidadania, façam parte da matriz curricular das Ecim, com uma hora-aula semanal de cada turma, que serão conduzidas pelo Corpo de Monitores e pelo Corpo Docente sob orientação da Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica). (MEC, 2021, p. 44)

De acordo com Santos (2020) a proposta apresentada, em meio a um contexto de avanço conservador, busca submeter a escola, o currículo, os indivíduos, suas rotinas, seus corpos e suas culturas a um sistema de controle, padronização e disciplina coercitiva. Nesse sentido, trata-se de um projeto de poder e domínio que tem como objetivo reduzir a diversidade, o multiculturalismo e a resistência que se manifestam nas instituições educacionais

Dessa forma, o currículo, inserido no contexto da ideologia de militarização da educação, desempenha um papel fundamental ao contribuir para a manutenção do controle exercido pelos grupos dominantes sobre as demais classes subjugadas. Nesse sentido, o currículo assume uma expressão desse poder hegemônico. Aqui, o conceito de currículo oculto é bastante importante:

Um desses conceitos é o de currículo oculto. Esse conceito, criado para se referir àqueles aspectos da experiência educacional não explicitados no currículo oficial, formal, tem sido central na teorização curricular crítica. Apesar de certa banalização decorrente de sua utilização frequente e fácil, ele continua importante na tarefa de compreender o papel do currículo na produção de determinados tipos de personalidade. Entretanto, ao atribuir a força e o centro desse processo àquelas experiências e àqueles "objetivos" não-explicitos, o conceito também contribuiu para, de certa forma, "absolver" o currículo oficial e formal de sua responsabilidade na formação de sujeitos sociais. (Moreira; Tadeu, 2013 p, 31)

Através do currículo oficial e do currículo oculto, que se manifesta por meio de práticas não formalmente incorporadas ao currículo oficial, ocorre a aplicação de

ideologias militares, como o hasteamento da bandeira, presença de militares na sala de aula, por exemplo demonstrado no documento "Diretrizes das Escolas Cívico-Militares - 2ª Edição 2021".

resgatar o amor pelos símbolos nacionais; – proporcionar ao aluno uma formação integral, baseada em valores; desenvolver o hábito de cantar os hinos cívicos; – melhorar o ambiente escolar, desenvolvendo atitudes de respeito com a coletividade; e incentivar a participação da comunidade nos eventos cívicos realizados pela escola. (MEC, 2021, p. 189)

Essas práticas, aparentemente simbólicas, são utilizadas como instrumentos para reforçar a hierarquia, a disciplina e a submissão. Esses elementos do currículo oculto acabam desempenhando um papel significativo na perpetuação e na legitimação do poder exercido pelos grupos dominantes.

Assim, a noção de currículo e currículo oculto são pressupostos fundamentais deste trabalho.

## **5 OS DIVERSOS FORMATOS DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: COLÉGIOS MILITARES, MILITARIZADOS E PECIM**

Necessário realizar uma distinção a ser feita entre os três modelos de escolas de cunho militar: Escolas militares, escolas militarizadas e escolas cívico-militares (ECIM).

O objetivo central dos colégios militares, é formar futuros membros das forças armadas, e são mantidas com recurso e responsabilidade pela secretaria de Defesa.

As escolas militarizadas tratam-se de escolas públicas, das redes estaduais ou municipais, vinculadas às secretarias de educação que, por meio de conveniamento com as polícias militares e corpo de bombeiros, passam a compartilhar a gestão das mesmas com esses quadros militares e a contar com a presença de militares no cotidiano escolar. Apesar da parceria com as secretarias de segurança, as escolas militarizadas não passam a pertencer a essas corporações, e tampouco recebem financiamentos oriundos dessas pastas.

Por fim, escolas Cívico-militares (ECIM), são escolas públicas que aderiram ao programa: Escolas Cívico-militares, criada pelo governo em 2019.

## 5.1 COLÉGIOS MILITARES: O QUE SÃO ?

De acordo com o sistema de colégios militares do Brasil o DEPA (Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial) apontam que a criação do primeiro colégio militar data do Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889, Art. 1º, fundado no Rio de Janeiro sob criação do conselheiro Tomás Coelho, ex-ministro da Agricultura, Comércio e Indústria. No ano de 1912, houve o registro de duas novas escolas militares criadas nas cidades de Porto Alegre e Barbacena. Em 1919, sob a Lei nº 3674, de 7 de janeiro de 1919, Art. 65, o governo decidiu criar um novo colégio militar no estado do Ceará. Em 1925, por fins políticos, houve a extinção do Colégio Militar de Barbacena e, em 1938, após um novo golpe, os colégios militares de Porto Alegre e Ceará foram extintos, restando apenas o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Passando alguns anos, houve uma tentativa, através do Ministro de Guerra General Henrique Teixeira Lott, de criar o Colégio Militar de Belo Horizonte (1955). Em 1957, era criado o Colégio Militar de Salvador, idealizado pelo Ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso. Dando continuidade em seu trabalho de criação de escolas militares, o Ministro Lott fundou o Colégio Militar de Curitiba em 1958 e, concluindo o ciclo, surgiu o Colégio Militar de Recife em 1959.

Os antigos colégios de Porto Alegre e Barbacena, extintos em 1912, foram transformados em escolas preparatórias e só voltaram a funcionar como colégios militares em 1962. Na década de 70, foram criados o Colégio Militar de Manaus em 1971 e o de Brasília em 1978 - este último já havia sido deliberado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek em 1959. Em 1988, o Colégio Militar de Belo Horizonte, o Colégio Militar de Salvador, o Colégio Militar de Curitiba e o Colégio Militar do Recife foram fechados. Somente no ano de 1993, esses colégios foram reativados quando o General Zenildo de Lucena assumiu a pasta do Exército. No mesmo ano, foram criados os colégios de Juiz de Fora e Campo Grande, e em 1994 o de Santa Maria.

Em 2001, foi criado o Curso Regular de Educação a Distância (CREAD), coordenado pelo Colégio Militar de Manaus, como forma de apoio à educação básica na modalidade a distância, para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, para filhos dependentes de militares com idade regular. Em agosto de 2015, após visita do Comando Maior no estado do Pará, o Comando do Exército decidiu criar o Colégio Militar de Belém, nas atuais instalações da escola do Governo do estado do Pará, sob a Portaria N 1.034-Cmt Ex, de 6 de agosto de 2015. Por fim, em 2018, o Comandante do Exército, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, com o objetivo de ampliar a criação de mais Colégios Militares por todo o território brasileiro, assinou uma portaria decretando a criação de novas escolas militares no estado de São Paulo, criando assim o 14º Colégio Militar do Brasil ( Brasil, 2023)

## 5.2 ESCOLAS MILITARIZADAS: O QUE SÃO ?

A Reforma Administrativa do Estado, implementada na década de 1990, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, que liderou fortemente o avanço da agenda neoliberal no Brasil (Peroni, 2003), abriu a possibilidade de transferência da gestão de instituições públicas para outras organizações sociais. Nessa perspectiva, o compartilhamento da gestão das escolas públicas com os militares (Lima, et al., 2022) pode ser entendido como uma forma de conveniamento entre o público e outras organizações sociais, além de ser visto como uma tentativa de introduzir uma abordagem mais disciplinada e conservadora no ambiente educacional.

As escolas militarizadas além de possuírem uma gestão compartilhada adotam práticas e rituais semelhantes às encontradas nas instituições militares, incorporando rotinas do cotidiano militar na vida escolar dos estudantes como: hasteamento da bandeira, forte presença do patriotismo e hierarquia são algumas das rotinas impostas pelos militares aos estudantes como demonstrado nas *Diretrizes das Escolas Cívico-Militares - 2ª Edição 2021* .

Em ocasiões específicas, poderão ser abordados fatos históricos, considerando as diversas formas possíveis para sua comemoração: reflexão

sobre o significado no passado, qual seu significado ainda no presente, como poderá repercutir no futuro, entre outras. Ao fim do ano letivo, os Momentos Cívicos deverão ter proporcionado aos alunos:

1. conhecer os símbolos nacionais, conforme previsto na Constituição Federal;
2. cantar os Hinos Nacional, da Independência e da Bandeira, destacando suas histórias e explicando suas letras;
3. conduzir a cerimônia de hasteamento e arreamento das Bandeiras Nacional, Estadual, Municipal, segundo as Leis nº 5700/71 e nº 8421/92;
4. conhecer os principais fatos históricos oficiais do Brasil, do estado e do município em que reside, explicando o significado e a história de cada evento;
5. ter capacidade de demonstrar conhecer a história, o conteúdo e a importância da Constituição Da República Federativa do Brasil para a sociedade brasileira, bem como os símbolos nacionais, seus significados e a importância de cada um;
6. conhecer os três poderes governamentais existentes no Brasil, sua história, suas estruturas e atribuições;
7. visitar um dos órgãos de representação de um dos três poderes governamentais das esferas federal, estadual ou municipal e apresentar um relatório com registros em texto;
8. entrevistar um representante dos três poderes governamentais do Brasil, do estado/Distrito Federal ou do município, abordando as ações da instituição em que atua e sua participação pessoal no desenvolvimento do país;
9. conhecer o sistema eleitoral brasileiro e a estrutura política do Brasil; e
10. ter participado de um desfile cívico comemorativo à uma data oficial do Brasil, do seu município, estado ou do Distrito Federal. (MEC, 2021, p. 190)

Além disso, essas escolas contam com a presença de “monitores”, que são militares encarregados de verificar se tudo está de acordo com as leis e normas, orientando e supervisionando professores e alunos.

Os monitores escolares exercerão o papel de tutoria que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares, proporcionando acolhimento, diálogo, dando o exemplo e servindo de referência, aspectos esses tão necessários ao desenvolvimento do aluno como pessoa.[...] (MEC, 2021, p. 83)

Os alunos são submetidos a uma hierarquia rígida e devem seguir essa cadeia de comando, uma prática comum no meio militar. Destaca-se também que os alunos são orientados a seguir regras rigorosas de comportamento, penteado e traje, e qualquer violação dessas orientações resulta em penalidades para os estudantes.

A criação de disciplinas ou projetos relacionados à moral e valores é comum nas escolas militarizadas. Essas disciplinas têm como objetivo abordar temas como ética, cidadania, patriotismo e respeito às tradições. É importante ressaltar que a

abordagem dessas disciplinas pode variar de acordo com cada escola militarizada, sendo que em geral elas tendem a promover perspectivas mais tradicionais e conservadoras em relação a questões sociais e morais.

De acordo com Lima et al. (2022), a despeito das primeiras iniciativas de escolas militarizadas terem sido registradas por volta dos anos 2000, em Goiás, é apenas mais recentemente que o campo de estudos sobre o processo de militarização vem se delineando como tal, especialmente impulsionado por uma propagação desse projeto em diversos outros estados e com a criação do PECIM em âmbito federal.

O fato é que este modelo tem se ampliado significativamente em todos os estados, ganhando ainda mais adeptos sobretudo num contexto de aumento da onda de violências e ataques às escolas, como presenciado devido aos últimos acontecimentos de ataques à escolas.

### 5.3 O PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: O PECIM

O Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), criado por meio do Decreto nº 10.004/2019, estabelecia uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa com o propósito de transformar escolas públicas em instituições de ensino militarizadas. O objetivo do programa, de acordo com o mencionado decreto, é implementar um novo modelo de gestão compartilhada, com a participação de militares da reserva. Os documentos destacam que o programa buscava aprimorar a qualidade da educação básica pública no Brasil, sendo inspirado pela excelência observada nos colégios militares do Exército, nas polícias e nos corpos de bombeiros.

Em síntese, as escolas militarizadas são escolas públicas que passam a contar com a presença e a atuação de militares (ou policiais e bombeiros) da reserva na gestão e no cotidiano da escola. Esses militares compartilham a gestão administrativa da escola e atuam, sobretudo, no âmbito do controle, da disciplina, do cotidiano escolar, tanto por meio da sua presença, como uma figura claramente associada ao controle, quando por meio da promoção de práticas alusivas às rotinas militares.

Os critérios definidos para seleção das escolas para integrarem ao projeto indicam que trata-se de uma proposta voltada para a educação das camadas mais vulneráveis, a saber: estar em região de vulnerabilidade social.

A adesão utilizada para escolha das escolas que adotaram o programa PECIM é a aceitação da comunidade escolar, que deve manifestar seu interesse por meio de uma votação. Essa medida, através de uma votação, garantiria que processo de adesão ocorra de forma democrática e participativa, uma decisão tomada por toda sua comunidade ( pais, professores, alunos e gestão escolar).

Além disso, a escola deve apresentar alguns critérios: estar em região de vulnerabilidade social e apresentar um baixo índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB); Estar localizada em capital ou região metropolitana ; oferecer ensino fundamental II e ensino médio atenda entre 500 a 1000 alunos nos dois turnos.

Assim, conforme Lima et al. (2022), o projeto destina-se para uma população bastante específica: pobre e que se encontra em regiões de grande vulnerabilidade social.

No dia 14/12/22, o então diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, Gilson Passos de Oliveira, apresentou os resultados da avaliação do programa PECIM, incluindo dados sobre o panorama das escolas antes e depois de sua efetivação. Durante a apresentação, Gilson abordou assuntos relacionados à gestão, afirmando: *"A nossa realidade hoje é essa: somos 202 escolas atendendo a cerca de 120 mil alunos. Podemos dizer que, de fato, o programa é nacional e está presente em todas as unidades da federação"*.

De acordo com o site oficial do PECIM, em 2022, o programa possuía 39 unidades na região Norte, 37 escolas no Nordeste e 46 escolas no Sudeste. No entanto, destaca-se que há inconsistências das notícias sobre o PECIM, pois há divergências entre os números apresentados na própria reportagem que ora informa 26 escolas na região Sul, ora informa que essa região possui 54 escolas.

Conforme dados revelados pelo Ministério da Educação, em 2023, os militares da reserva que atuavam no programa federal recebiam mensalmente valores que variavam de R\$2.657,00 reais (terceiro sargento) a R\$9.152,00 reais (coronel), de acordo com suas patentes, além de seus benefícios de aposentadoria.

Ao longo dos três anos de existência do programa, o orçamento disponibilizado aproximou-se de 98,3 milhões de reais (Brasil, 2023).

Figura 01 - Remuneração mensal dos militares que atuam no PECIM

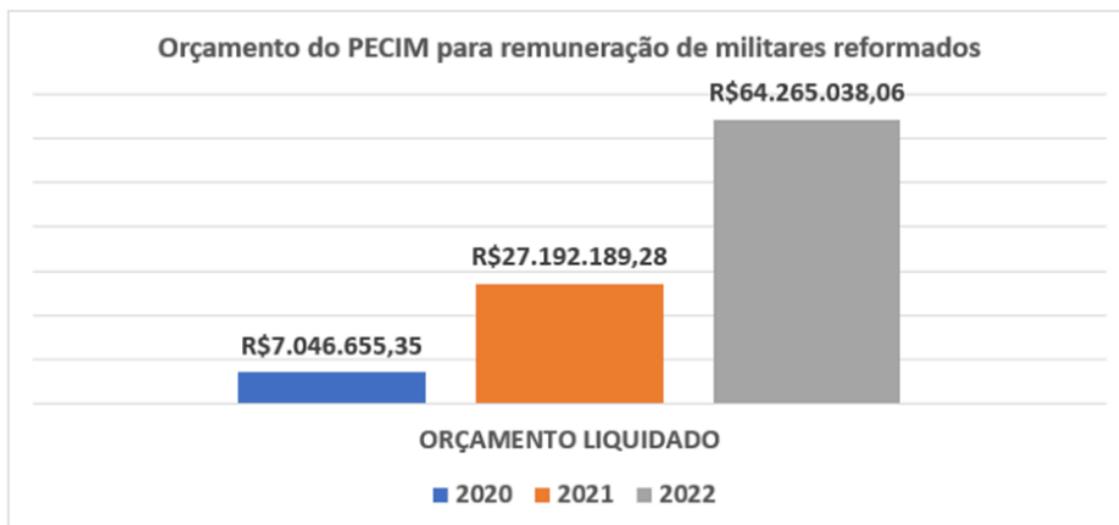
Tipo de despesa com pessoal	Postos e Graduações – Oficiais Superiores		
	CMG/Coronel	CF/Tenente Coronel	CC/Major
Adicional Pró-Labore	R\$ 7.832,48	R\$ 7.492,50	R\$ 7.185,02
Aux. Alimentação	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Auxílio Transporte	----	----	----
Adicional Natalino	R\$ 652,71	R\$ 624,38	R\$ 598,75
Férias	R\$ 217,57	R\$ 208,13	R\$ 199,58
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.152,76</b>	<b>R\$ 8.775,00</b>	<b>R\$ 8.433,36</b>

Tipo de despesa com pessoal	Postos e Graduações – Oficiais Intermediários		
	CT/Capitão	1º Tenente	2º Tenente
Adicional Pró-Labore	R\$ 5.015,12	R\$ 4.378,10	R\$ 3.303,09
Aux. Alimentação	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Auxílio Transporte	----	----	----
Adicional Natalino	R\$ 417,93	R\$ 364,84	R\$ 275,26
Férias	R\$ 139,31	R\$ 121,61	R\$ 91,75
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.022,36</b>	<b>R\$ 5.314,56</b>	<b>R\$ 4.120,10</b>

Tipo de despesa com pessoal	Postos e Graduações – Praças Graduadas			
	SO/Subtenente	1º SGT	2º SGT	3º SGT
Adicional Pró-Labore	R\$ 3.590,36	R\$ 3.191,11	R\$ 2.776,14	R\$ 7.185,02
Aux. Alimentação	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Auxílio Transporte	----	----	R\$ 282,00	R\$ 282,00
Adicional Natalino	R\$ 299,20	R\$ 265,93	R\$ 231,35	R\$ 144,39
Férias	R\$ 217,57	R\$ 208,13	R\$ 77,12	R\$ 48,13
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.439,29</b>	<b>R\$ 3.995,68</b>	<b>R\$ 3.816,60</b>	<b>R\$ 2.657,24</b>

Fonte : Secretaria de comunicação social :NOTA TÉCNICA Nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB: remuneração mensal de militares providos pela Secretaria de comunicação social. (Brasil, 2023)

Figura 02 - Orçamento Anual PECIM para remuneração de militares reformados



Fonte: SEB/FNDE

Fonte: Secretaria de comunicação social: NOTA TÉCNICA Nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB: Orçamento anual do PECIM providos pela Secretaria de comunicação social (Brasil, 2023).

As tabelas chamam atenção para os valores financeiros significativos aportados no projeto, nos quais uma parte considerável desses investimentos é destinada ao pagamento dos militares, profissionais das Forças Armadas que não possuem adequação para atuar na educação. Essa mesma nota técnica, por ocasião do decreto para extinção do PECIM, justificava que, além disso, não havia, até o presente momento, dados oficiais e efetivos que apontassem com clareza que as escolas tivessem trazido alguma melhoria de aprendizagem.

O alto valor destinado ao pagamento dos militares envolvidos no Programa PECIM levanta várias questões quanto à priorização dos recursos. Ao invés de direcionar os investimentos diretamente para melhorias efetivas nas escolas, a maior parte desse orçamento era destinada à remuneração desses profissionais, os quais muitas vezes não possuíam formação na área da educação. Essa alocação de recursos públicos resulta em um investimento em pessoal militar que se sobrepõe ao investimento em profissionais da área, os quais certamente possuem uma formação mais adequada para atuarem em busca de possivelmente uma educação de qualidade, atendendo às demandas dos estudantes e da sociedade como um todo.

### 5.3.2 *NOVOS RUMOS NO GOVERNO LULA*

No dia 10 de julho de 2023, o presidente Lula iniciou o processo progressivo de extinção do Programa federal das escolas cívico-militares (PECIM). O Ministério da Educação (MEC) enviou um ofício às secretarias das escolas, solicitando que iniciassem o processo de transição desse modelo e a retirada dos militares das escolas. O ofício estabelece que:

2. A partir desta definição, iniciar-se-á um processo de desmobilização do pessoal das Forças Armadas envolvidos em sua implementação e lotado nas unidades educacionais vinculadas ao Programa, bem como a adoção gradual de medidas que possibilitem o encerramento do ano letivo dentro da normalidade necessária aos trabalhos e atividades educativas. (Brasil, 2023, p. 1).

De acordo com o ofício, o MEC também solicita que as coordenadorias regionais do programa se comprometam a realizar uma transição cuidadosa das atividades, garantindo que o cotidiano escolar não seja comprometido e que as conquistas de organização alcançadas pelo programa não sejam perdidas. Cada rede de ensino será responsável por organizar e criar estratégias para reintegrar as unidades educacionais à rede regular de ensino.

3. Aos Coordenadores Regionais do Programa e Pontos Focais das Secretarias, em consonância com suas responsabilidades e atribuições, compete zelar pela implementação das estratégias mais adequadas ao cumprimento das diretrizes emanadas da Administração Superior, bem como assegurar uma transição cuidadosa das atividades que não comprometa o cotidiano das escolas e as conquistas de organização que foram mobilizadas pelo Programa. (Brasil, 2023, p. 1).

4. As definições de estratégias específicas de reintegração das Unidades Educacionais à rede regular de ensino será objeto de definição e planejamento de cada Sistema.(Brasil, ,2023, p. 1).

O artigo 25 do Decreto 10.004/2019 estabelece que PECIM têm total liberdade para estabelecer parcerias com diversas entidades públicas e privadas para executar suas atividades. Essas parcerias podem ser firmadas com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e distrital, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos. Este artigo, ao lado de outros fatores, impulsionou a criação de escolas cívico-militares propostas e mantidas pelos estados e municípios, para além do programa do governo federal. Diante disso, a reação de estados e municípios foi imediata no sentido de assegurar a manutenção de seus programas, indicando um significativo enraizamento do processo de militarização da educação para além do PECIM.

Em resposta ao ofício que estabelece a extinção progressiva do PECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) pelo governo federal e a brecha do criado do Art. 25 do Decreto 10.004/2019, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS), anunciou a criação de um programa estadual de escolas cívico-militares. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, além de Tarcísio, outros governadores como Ratinho Júnior (PSD) do Paraná e Ibaneis Rocha (MDB) do Distrito Federal e Cláudio Castro (PL) do Rio de Janeiro, já haviam anunciado que manteriam seus programas. Esses quatro governadores mantinham um alinhamento com o governo anterior de Jair Messias Bolsonaro.

Ao longo dos dias que seguiram a divulgação do ofício, realizamos análises adicionais de documentos e consultamos portais de notícias para identificar quais estados se posicionaram a favor ou contra o ofício federal. Segundo o portal de notícias Carta Capital (2023), um levantamento realizado até o dia 14 de julho de 2023 revelou que pelo menos 19 estados têm a intenção de manter ou até ampliar as Escolas Cívico-Militares (ECIM), contrariando a posição do governo federal.

A decisão mencionada na reportagem é vista como uma oportunidade para ganhar o apoio dos eleitores de direita nas próximas eleições. A reportagem se refere a um grupo de estados que inclui Acre, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de

Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Vale destacar que, embora muitos estados tenham manifestado apoio ao governo federal através de um ofício, eles não suspenderam o programa em suas áreas, sendo esses estados o Distrito Federal, Roraima, Ceará, Paraíba e Espírito Santo.

Nove dias após o presidente Luiz Inácio da Silva ter iniciado o processo de extinção do programa cívico-militar, a partir do ofício, no dia 19 de julho de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.611, revogando, enfim é oficialmente, o Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, que havia criado o programa das escolas cívico-militares.

Como já dito anteriormente, todavia, a extinção do projeto a nível federal não encerra o processo de militarização da educação, que passa a ser fortalecido e ampliado em muitos estados, como é o caso de Santa Catarina. Na próxima seção, nos dedicamos justamente a abordar mais centralmente os dados obtidos na pesquisa, que versa justamente sobre o avanço dessa proposta no estado supracitado

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo do nosso trabalho, realizamos diversos levantamentos de dados e documentos relacionados ao programa do PECIM. Nesta etapa, iremos realizar a análise dos dados.

Nossas análises se dividem em dois eixos principais: o estado atual do processo de militarização em SC e os desdobramentos sobre os currículos escolares nesse projeto educacional.

Após a análise de documentos e o levantamento inicial, procedemos à aplicação de um questionário<sup>3</sup> junto à Secretaria da Educação, composto por um total de 14 perguntas. Essa abordagem foi orientada pelo nosso interesse e objetivo de pesquisa, que visa compreender o status atual do processo de adesão ao PECIM em Santa Catarina, mesmo após seu encerramento.

É importante adiantar que, devido a limitações de tempo, não conseguimos ter acesso aos currículos das escolas que aderiram ao PECIM em SC. Por isso, utilizaremos o documento "*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares*" como base e guia

---

<sup>3</sup> Questionário está na seção de apêndices

para entendermos melhor como o modelo é implementado nessas escolas e seus desdobramentos para o campo do currículo. Através desse documento, podemos obter um maior entendimento de como o modelo funciona e é aplicado, incluindo os projetos que influenciam e moldam o currículo dessas escolas. Nossa análise do documento será embasada em autores de referência na área de currículo, como Apple (2006), Silva (1999), Sacristán (2007) e Santos (2020), o que nos permitirá demonstrar como essas diretrizes se dispõem a impactar no currículo escolar das instituições que aderiram ao programa.

Iniciamos este capítulo apresentando como o processo de militarização da educação em SC vem ocorrendo.

## 6.1 O AVANÇO DA MILITARIZAÇÃO EM SC

Dada a característica e natureza das escolas, podemos dizer que a militarização em SC se inicia com a criação dos colégios militares.

Santa Catarina apresenta uma rede de colégios militares pertencentes ou chamados de "Colégios Policiais Feliciano Nunes Pires". Suas atividades tiveram início em 15 de outubro de 1984, conforme a Portaria Nº 086/84/SSE, que autoriza o funcionamento do ensino médio, e a Portaria Nº 103/84/SSE, que autoriza o funcionamento do ensino fundamental. O nome da instituição é uma homenagem ao presidente da província de Santa Catarina, que em 1893 criou a Força Pública, atualmente conhecida como a Polícia Militar do estado.

A filosofia da rede de colégios militares policiais Feliciano Nunes Pires baseia-se em pilares fundamentais: o culto à verdade, à justiça, à fraternidade e à disciplina, que são as normas que regem a escola. Esses colégios seguem o padrão dos colégios militares brasileiros, alinhando-se às diretrizes das disciplinas dos policiais militares estaduais ou das Forças Armadas, sem modificar o programa das disciplinas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação. Além disso, segundo o exposto no PPP disponível no site da escola, promovem a instrução geral da Polícia Militar (IGPM), "exercitando o senso coletivo e preparando os estudantes

para a cidadania, incluindo conhecimentos de primeiros socorros, socorros, trânsito, Código de Defesa do Consumidor, Código Penal, Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente, além de canções e hinos” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES, 2018)

Na Proposta Pedagógica (PPP), fica evidente que a disciplina é um fator necessário e deve ser constantemente reforçada pelos educadores, pois “sua ausência pode ser prejudicial ao desenvolvimento pedagógico e ao sucesso escolar” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES, 2018). Essas instituições também atendem com prioridade os filhos de militares estaduais de Santa Catarina, com preferência aos policiais militares funcionários da PMSC e professores da rede de Colégios Militares Felicianos Nunes Pires.

A organização escolar do colégio envolve toda a equipe de direção, sendo que o cargo de diretor e subdiretor é reservado e privativo de oficial superior da PM. Além disso, o serviço de monitoria é reservado aos oficiais da PM (subtenentes/sargentos), que fiscalizam e acompanham as atividades dos alunos.

Os Colégios Policiais Feliciano Nunes Pires têm unidades em Florianópolis, Lages, Joinville, Blumenau e Laguna.

Todavia, o processo de militarização em SC dá um salto significativo com a inserção do PECIM, em 2019, que trouxe influências para todo o estado, expandindo a rede de escolas cívico-militares, como será abordado a seguir.

Os dados obtidos apontam que, a partir de 2019, houve adesão ao programa por parte de 21 escolas, sendo 9 escolas estaduais e 12 escolas municipais.

Tabela 02 - Escolas Cívico-Militares (PECIM) EM Santa Catarina

Nome da escola	Cidade	Ano de adesão	Rede
EEB Emérita Duarte Silva e Souza	Biguaçu	2020	ESTADUAL

EEB Ângelo Cascaes Tancredo	Palhoça	2020	ESTADUAL
EEB Prof. Irene Stonoga	Chapecó	2020	ESTADUAL
EEB Prof. Jaldyr Bhering Faustino da Silva	São Miguel do Oeste	2020	ESTADUAL
EEB Cel Pedro Christiano Feddersen	Blumenau	2020	ESTADUAL
EMEB Maria Linhares de Souza	Itapema	2020	MUNICIPAL
Escola Básica Melvin Jones	Itajaí	2020	MUNICIPAL
EEB Joaquim Ramos	Criciúma	2021	ESTADUAL
EEB Henrique Fontes	Tubarão	2021	ESTADUAL
Escola Municipal Presidente Castello Branco	Joinville	2021	MUNICIPAL
EEB Cora Batalha da Silveira	Lages	2022	ESTADUAL
EEB Ildfonso Linhares	Florianópolis	2022	ESTADUAL
Escola Municipal CAIC Irmã Joaquina Busaretto	São Francisco do sul	2022	MUNICIPAL
Escola Vereador Raimundo Veit	Maravilha	2022	MUNICIPAL

Núcleo de Educacional João Fernando Sobral	Porto União	2022	MUNICIPAL
Centro Educacional Roberto Machado -	Rio do sul	2022	MUNICIPAL
EMEB Antônio Joaquim Henriques -	Lages	2022	MUNICIPAL
EEB Jurema Hugem Palma	São Joaquim	2022	MUNICIPAL
Escola de Ensino Fundamental Paquetá	Brusque	2022	MUNICIPAL
EMEB Prefeito Francisco Vito Alves	Itapema	2022	MUNICIPAL
CEM Professor Antônio Lúcio	Balneário Camboriú	2022	MUNICIPAL

Fonte: Elaborado pelo autor(2024).

O questionário obtido junto à Secretaria Estadual de Educação de SC, versa justamente sobre as escolas estaduais e será sobre este contingente de escolas militarizadas de SC que apresentaremos dados mais aprofundados, uma vez que não foi possível contatar cada uma das secretarias municipais envolvidas, tendo em vista o limite de tempo deste estudo.

A seguir está a tabela que apresenta, então, 9 escolas estaduais que aderiram ao programa PECIM no período de 2019 até 2023, conforme a SED:

Tabela 03 - Escolas Estaduais aderiram ao Pecim

Nome da Escola	Cidade	Adesão
EEB Emérita Duarte Silva e Souza	Biguaçu	2020

EEB Ângelo Cascaes Tancredo	Palhoça	2020
EEB Prof. Irene Stonoga	Chapecó	2020
EEB Prof. Jaldyr Bhering Faustino da Silva	São Miguel do Oeste	2020
EEB Cel Pedro Christiano Feddersen	Blumenau	2020
EEB Joaquim Ramos	Criciúma	2021
EEB Henrique Fontes	Tubarão	2021
EEB Cora Batalha da Silveira	Lages	2022
EEB Ildelfonso Linhares	Florianópolis	2022

Fonte: Feita pelo autor(2024).

De acordo com o questionário, “A Secretaria de Estado de Educação não possui gerência sobre as escolas municipais e seus programas”. (Gestora Seed/SC)”.

O questionário forneceu informações valiosas sobre a implementação desse formato educacional no estado. A resposta ao questionário, combinada com o que foi reportado nos principais portais de notícias e reportagens de Santa Catarina, permitiu um processo coeso de obtenção de dados.

A pesquisa evidenciou que a adesão ao PECIM em SC seguiu as normativas do projeto, associado com critérios estabelecidos localmente.

No documento "O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: DA CONCEPÇÃO DO MODELO AOS PRIMEIROS RESULTADOS" (BRASIL, 2019), é apresentado o modelo do PECIM e para qual tipo de escola o programa se destinava, conforme demonstrado pelo trecho a seguir:.

O programa proposto pelo MEC [...] propõe um modelo de gestão escolar de excelência voltado para escolas que apresentem duas características: a) Alunos em situação de vulnerabilidade social, onde normalmente se verifica a ocorrência de altos índices de violência, influência do tráfico de drogas, prostituição, baixos índices de saneamento urbano e precariedade de condições habitáveis; b) Escolas com IDEB inferior à média municipal, estadual ou nacional. (MEC,2022)

Entretanto, além dessas características pré-estabelecidas pelo programa nacional, em SC para as escolas ingressarem ao projeto, de acordo com as informações obtidas junto à Secretaria Estadual de Educação, se estabeleceu que seria necessário a aprovação da comunidade. O trecho do questionário a seguir, ilustra essa questão.

Em 2021 e 2022 foram indicadas escolas que manifestaram interesse no programa e atendiam aos requisitos do MEC. Em seguida, houveram assembleias com toda a comunidade escolar e votação sobre a adesão ou não ao Programa. ( Gestora Seed/SC)).

No contato inicial feito junto à Secretaria e, a gestora informou que houve um amplo interesse no projeto por parte de diversas escolas estaduais e também de municípios e que são frequentes as consultas à Secretaria para verificar a viabilidade de adesão ao projeto. Como demonstrado em alguns trabalhos de autores e autoras da área, o formato do ensino militarizado tem sido bem recebido por diversas comunidades escolares, sobretudo, mais carentes. Essas comunidades, justificam essa escolha devido à percepção de que o ensino militarizado representaria uma espécie de "salvação". Ou seja, este modelo de escola ofereceria, em tese, mais segurança para os e as estudantes e suas famílias. Nessas escolas, geralmente, há forte presença de evasão escolar, problemas relacionados à drogas e violências. Ao se depararem com esses desafios, e com a ausência de outras alternativas efetivas de melhoria por parte do Estado, as comunidades passam a perceber a militarização da escola como uma possibilidade interessante de superação dessas problemáticas. Assim houve intensa movimentação de diversas escolas para adoção desse modelo de ensino. Ademais, a grande promessa de melhoria na qualidade de ensino e de maior organização e disciplina também, tornam-se atrativos para que as comunidades tenham uma percepção positiva do projeto, conforme argumenta Mendonça.

As supostas credibilidade e eficácia dessas escolas, aliadas ao rigoroso controle disciplinar e ao respeito à hierarquia, além da valorização do civismo seriam razões suficientes para entregar a gestão da escola pública à corporação dos policiais militares ( Mendonça,2019).

Assim, podemos dizer que a militarização da educação em SC avançou substancialmente em SC após a inserção do Pecim e mesmo após a extinção oficial do programa, este projeto permanece firme e com vistas de ampliação.

Conforme relatado pela NSCtotal no dia 12 de julho de 2023 (SC VAI NA CONTRAMÃO DO GOVERNO FEDERAL E QUER MANTER ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, 2023) em Santa Catarina, o estado pretende manter as escolas cívico-militares estaduais, mesmo sem o apoio do governo nacional. A Secretaria de Estado da Educação (SED) planeja sustentar as instituições com seus próprios recursos financeiros. Isso indica que o estado está disposto a arcar com os custos e manter as escolas funcionando, mesmo sem o suporte financeiro proveniente de Brasília.

De acordo com entrevista concedida pela diretora de ensino de Santa Catarina ao NSCtotal, Sonia Fachini, em 2023, o estado tem a intenção de continuar com o programa das escolas cívico-militares utilizando seus próprios recursos. Ela afirma: "*Queremos dar continuidade às unidades escolares que atualmente estão nesse modelo e, ao mesmo tempo, dar oportunidade a outras escolas de seguirem o mesmo modelo*" (SC VAI NA CONTRAMÃO DO GOVERNO FEDERAL E QUER MANTER ESCOLAS CÍVICO-MILITARES, 2023). Isso demonstra o compromisso de Santa Catarina em manter as escolas cívico-militares na rede estadual em funcionamento e expandir esse modelo para outras instituições de ensino estaduais.

Conforme os dados obtidos, o programa das escolas cívico-militares em Santa Catarina passará por uma mudança de nome, mantendo um formato semelhante ao PECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) e se chamará Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares. A principal diferença atual do projeto será a ausência de apoio federal, com a participação dos militares sendo exclusivamente relacionada ao governo estadual. Isso significa que o programa será mantido com recursos e esforços próprios do governo de Santa Catarina, aproveitando a brecha do artigo 25 do Decreto 10.004/2019, que estabelece parcerias com diversas entidades públicas e privadas para executar as atividades. Essas parcerias podem ser estabelecidas com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal e distrital, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos.

Quando questionamos como está o novo projeto ou quais seriam as novas rupturas do projeto original, a gestora nos comunicou que de fato a vigência do PECIM em Santa iria até o final de 2023, entretanto o novo programa estadual não foi lançado “ *O PECIM está em vigência até final de 2023 e Santa Catarina ainda não lançou o Programa Estadual*” (Gestora SEEd/SC). Segundo ponto a ser questionado foi se existiria algum documento que seria norteador para esse novo projeto, e se poderíamos ter acesso ao mesmo. A resposta que obtivemos foi de que “ *Não podemos divulgar ainda as informações do novo programa.*”

Como mencionado nos parágrafos anteriores, à época da coleta de dados, não tínhamos uma resposta da própria gestão sobre o novo projeto. na ocasião fomos informados que inicialmente que o governo de Santa Catarina garantiria até o final de 2023 a manutenção do PECIM nas escolas que já funcionavam com o projeto e que atuaria com celeridade para aprovar o projeto estadual para 2024. De fato, ao final de 2023, o governo cria o projeto estadual, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de 22 de dezembro de 2023. Em uma série de decretos do governador Jorginho Mello, o Decreto Nº 426, de 22 de dezembro de 2023, institui o Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares, cujo “objetivo central é a melhoria do ensino público da rede estadual, com parceria entre a SED e apoio da SSP (Secretaria de Estado da Segurança Pública), em colaboração com a PMSC e o CBMSC (Corpo de Bombeiros)”. Nesse programa, os militares exerceram a função oficial de gestão escolar e de monitores nas unidades que aderirem ao programa (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 2023).

O decreto estabelece que as escolas que têm a preferência são aquelas com baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste formato de educação, inspirado no PECIM, os monitores - MILITARES - atuarão como responsáveis por desenvolver e aplicar atividades que visam difundir valores humanos e cívicos. Neste modelo, os militares que atuarem no ensino fundamental terão, semanalmente, *uma aula* cujos temas serão transversais, ministrada por um militar da reserva, com a presença de um professor que integra o projeto Valores, conforme trabalhado nos artigos 13,14 e 15 do documento.

Art. 13. Os monitores, militares da reserva estadual, atuarão como responsáveis por desenvolver e aplicar atividades com vistas a difundir valores humanos e cívicos que estimulem o aluno a desenvolver bons

comportamentos e atuem em sua formação como cidadão, no ambiente escolar e também fora dele

.Art. 14. No Ensino Fundamental, os estudantes terão semanalmente uma aula, cujos temas serão transversais, ministrada por um militar da PMSC ou do CBMSC, uniformizado, com a presença e o auxílio de professor integrante do Projeto Valores.Art.

15. No Ensino Médio, o professor do Projeto de Vida será responsável pela abordagem dos temas com os estudantes, apoiado pelos monitores da PMSC ou do CBMSC (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 2021, p. 45).

Evidencia-se que o projeto estadual aprovado em 2023 e já vigente nas mesmas escolas listadas, mantém a lógica, a organização, os objetivos e princípios do PECIM, incluindo a previsão de incidências sobre o currículo escolar por meio de projetos já mencionados no PECIM. Assim, fica claro que o avanço da militarização da educação segue em SC, expressão do conservadorismo em nossa sociedade.

A Secretaria da Educação informou que as escolas que aderiram ao programa atenderam aos critérios estabelecidos nas diretrizes legais e nos documentos orientadores do PECIM. Questionamos sobre o funcionamento dessas escolas e se seguiam alguma legislação/orientação específica. Segundo a Secretaria,

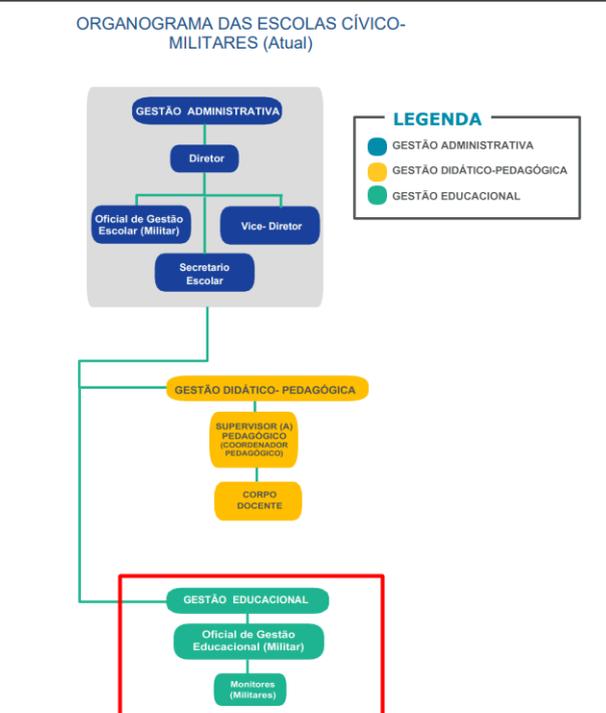
***Essas escolas são parte da rede estadual, estão em conformidade com toda a legislação e orientações aplicáveis a todas as escolas da rede. No entanto, estão implementando o Programa conforme o manual do MEC de 2021. Em casos de conflito entre as diretrizes do Programa, a legislação vigente, as orientações e o currículo da rede estadual, prevalecem as normativas da rede estadual".*** (Gestora SEEd/SC).

A secretaria informou que as escolas estaduais acatam as diretrizes e que, quando há alguma divergência, prevalecem as orientações estaduais. Embora não tenha sido fornecida nenhuma exemplificação, a gestora afirmou que orienta-se que as escolas sigam o currículo estadual e o calendário estadual. Fica subentendido que o programa nacional foi implementado no estado de SC conforme os documentos norteadores, sem profundas alterações ou adaptações.

A inclusão de militares no PECIM é um componente fundamental do programa, no qual militares aposentados ou candidatos estão presentes no cotidiano

institucional, participando da rotina e da gestão escolar, como podemos observar neste organograma disponibilizado nas Diretrizes do PECIM

Figura 03 - Organograma de funcionamento das Escolas Cívico-Militares



Obs: As Ecim podem adotar o organograma flexível que adequa a realidade das secretarias.

Fonte: Diretrizes das escolas cívico-militares-2ed, p 179.

Segundo o documento “*DIRETRIZES DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES*”, os militares, que são também denominados como “*Monitores*”, exercem a seguinte função:

Os monitores escolares exercerão o papel de tutora que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares, proporcionando acolhimento, diálogo, dando o exemplo e servindo de referência, aspectos esses tão necessários

ao desenvolvimento do aluno como pessoa [...] objetivo dos monitores é contribuir, especialmente, na formação ética, afetiva, social e simbólica, com palestras, bate papos, relatos de experiências vividas, exigência do cumprimento das normas escolares, orientações e retiradas de dúvidas dos alunos sobre diferentes assuntos, motivação para a vida profissional e desenvolvimento de valores como honestidade, responsabilidade, respeito etc. (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021, p. 84-85*)

Embora haja uma tentativa de inclusão de militares como "monitores" e "tutores", o que poderia sugerir uma participação apenas com fins de organização e controle da rotina escolar, o próprio documento indica que a atuação desses profissionais ocupa a centralidade desse projeto educacional. Ademais, o objetivo da presença dos militares é justamente a introdução do ambiente escolar a um ambiente militarizado. Essa abordagem pode ser vista como uma estratégia, que visa a difusão e legitimação de determinados valores e princípios. O trecho a seguir evidencia claramente a centralidade e a relevância dos militares, ora chamados como monitores, nas escolas militarizadas.

Os monitores cooperam nas ações pedagógicas e *atuam nas dimensões afetiva, social, ética e simbólica da gestão escolar.*

§ 2º O Corpo de Monitores é o setor da escola composto pelo Oficial de Gestão Educacional e pelos monitores da escola.

§ 3º A Gestão Educacional promove atividades, *com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno* e a sua formação integral como cidadão, em ambiente escolar externo à sala de aula (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021, p. 13, grifos nossos*)

Pretende-se, de acordo com os documentos, que esses militares “sirvam como referência ou mecanismo de reeducação para os alunos que vivem em ambientes disfuncionais”. Sugere-se, assim, que a escola e seu corpo docente têm sido ineficazes no enfrentamento de diversas questões. Mais do que isso, o projeto em si, parte do pressuposto que muitos desses alunos e alunas *precisam* ser reeducados, corrigidos, controlados, colocando sobre os sujeitos exclusivamente a responsabilidade pelas dificuldades escolares que sabemos, são de natureza ampla e complexa. Surge a questão: seria realmente mais eficaz impor a presença de

militares para essa finalidade? Ou seria mais apropriado contar com uma equipe pedagógica, composta por profissionais especializados, que possuem a formação e as habilidades necessárias para lidar com essas questões. Esta equipe estaria mais apta a compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos, proporcionando um acolhimento e integração mais eficazes. A presença dos militares sugere muito mais uma ênfase no controle do que na resolução dos problemas dos alunos.

Além disso, os documentos orientadores sugerem que os militares, além do suposto acompanhamento da rotina, podem realizar atividades pedagógicas, conforme trecho a seguir:

§ 3º A Gestão Educacional promove atividades, com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão, em ambiente escolar externo à sala de aula (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021, p. 13*).

Com relação a esse aspecto, em SC, a gestora afirma de forma evasiva que as funções dos militares nas escolas estaduais são aquelas previstas nos documentos. Segundo ela, '*São as funções descritas no manual do programa*'. Além disso, questionamos se os militares ministravam alguma disciplina ou projetos nas escolas estaduais. A resposta obtida em nosso questionamento é de que "*Não Ministram nenhuma disciplina*". Não foi possível confirmar esta informação junto às escolas neste estudo, todavia, como já indicado, os próprios documentos do projeto fornecem indicativos que a atuação dos militares alcança também a parte pedagógica das escolas.

É importante lembrar que, para atuar em uma sala de aula, o profissional da educação passa por uma formação específica na área em que deseja atuar. Além disso, na própria Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, consta que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Brasil, 1996)

Possuir formação em nível superior, obtida em curso de licenciatura, é necessário para atuar no ensino fundamental e médio, na área específica desejada, como Matemática, Ciências, Biologia, Física, Química e Português. Em algumas situações, como na Educação Infantil, a formação em Pedagogia é necessária. Logo, a principal legislação educacional brasileira aponta para a necessidade de formação específica para atuar nas escolas, o que se contrapõe ao proposto nas escolas militarizadas, onde profissionais da área da segurança acabam sendo autorizados a atuarem em funções pedagógicas, para as quais não possuem formação adequada.

Embora a gestora tenha informado que no caso de SC os militares não ministrariam disciplinas específicas, fica subentendido, a partir do documento, que os mesmos poderiam desenvolver projetos extracurriculares, uma vez que o documento previa esta possibilidade. Nas diretrizes consta que os militares poderiam atuar de forma conjunta com os professores na criação de projetos como “projeto valores” e “momento cívico”. Voltaremos a essa questão no próximo eixo de análise currículo e o impacto.

Os dados sugerem que os militares estão presentes nas escolas de SC como figuras de autoridade e controle, que atuam na propagação de princípios subjacentes a um ambiente e formação militar, como evidenciado no próprio documento, no qual são apresentados os valores pelos quais os militares se pautam

[...]Conforme consta no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980), são manifestações essenciais do valor militar:

- o patriotismo;
- o civismo; – a fé na missão;
- o espírito de corpo;
- o amor à profissão das armas; e
- o aprimoramento técnico-profissional. (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021*, p. 82-83).

Ao incorporar esses valores não apenas no ambiente escolar, mas também nos alunos, de acordo com uma visão militar, a ausência de formação acadêmica desses militares pode comprometer a eficácia da abordagem educacional, criando um ambiente similar ao de um quartel. Como já sinalizado, um ambiente altamente hierarquizado e policialesco se contrapõe frontalmente a um ambiente democrático.

A gestão democrática, de acordo com Veiga (2009), envolve a superação de práticas administrativas tradicionais, trabalhando com a criação de um ambiente escolar inclusivo, com a capacidade de enfrentar problemas de exclusão, reprovação e evasão escolar. A gestão democrática ocorre pelo trabalho conjunto da comunidade escolar, atendendo aos interesses de todos. Veiga (2004) fala que a gestão democrática repensa o poder e a estrutura da escola para promover um ambiente coletivo, pautado em valores como solidariedade, reciprocidade e autonomia. Dessa forma, entendemos que a gestão democrática promove um ambiente escolar transparente, inclusivo e livre, fundamentado no diálogo e em uma gestão escolar coletiva e que esse modelo de gestão promove a autonomia e empodera os alunos, trabalhando em conjunto com pais e professores, e criando um ambiente inclusivo que oferece oportunidades a todos (Veiga, 2009). Claramente, os pressupostos de uma escola democrática se contrapõem ao contexto de uma escola militarizada.

## 6.2 CURRÍCULO

Neste eixo, realizamos uma análise da influência da militarização no currículo das escolas a partir do documento norteador "Diretrizes das Escolas Cívico-Militares 2 ed.". Analisamos se houve alguma influência no currículo prescrito ou oculto, além de investigarmos tentativas de inserção de projetos ou atividades no currículo dessas escolas. Através desse documento, buscamos obter um maior entendimento de como o modelo funciona e é aplicado, incluindo os projetos que influenciam e moldam o currículo dessas instituições de ensino.

O currículo, é um dispositivo estruturante das funções da escola e por meio dos conteúdos que intencionalmente seleciona, atua na construção dos sujeitos e da própria sociedade. Ele é composto pelo currículo oficial, formalmente prescrito como pode ser chamado, e também pelo currículo oculto, que influencia de forma simbólica, preenchendo lacunas ou espaços deixados pelo currículo oficial. Não necessariamente o currículo oculto precisa seguir o que os documentos e diretrizes nacionais exigem, porém ambos desempenham um papel importante na formação dos alunos. (Silva, 1999)

Para realizarmos a análise sobre os possíveis impactos no currículo escolar, nesta pesquisa nos deteremos no documento que foi utilizado como guia para as escolas estaduais, uma vez que não tivemos acesso às escolas.

Quando questionada, a Secretaria da Educação sobre se houve alguma influência ou mudança no currículo, ou se houve influência de outros documentos nas escolas que aderiram ao PECIM, obtivemos a resposta de que “*Não houve nenhuma adaptação ou alteração.*” (Gestora Seed/SC) e que as escolas são orientadas a utilizarem “O currículo do Território Catarinense e as legislações que respaldam a Secretaria de Estado da Educação”. De acordo com ela, “não há diferença [no que concerne ao currículo] em relação às demais escolas da rede.” (Gestora Seed/SC).

Entretanto, o documento guia do PECIM intitulado 'DIRETRIZES DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES 2.ed', estabelece que existem alguns projetos que *devem* ser desenvolvidos nas escolas que aderiram ao programa. Em nossas análises, entendemos que, do ponto de vista do que estamos denominando de currículo prescrito, essas atividades descritas nas diretrizes do PECIM como “projetos”, são a mais explícita tensão imposta aos currículos dessas escolas. É por meio deles, que o documento disputa claramente “um lugar” no currículo para formalizar aprendizagens relacionadas à lógica militar. Por exemplo, o projeto 'Valores'. O programa tem como objetivo principal incluir na grade horária dos alunos pelo menos 1 hora semanal de aula, destinada à aprendizagem de “valores” considerados fundamentais a essas escolas. No documento, há um capítulo próprio para o 'Projeto de Valores', cujo objetivo principal, conforme descrito, é resgatar os “valores éticos e cívicos”

Nesse sentido, o Projeto Valores será implementado, tendo em vista o resgate desses valores éticos e cívicos primordiais, para a formação humana e o desenvolvimento integral do aluno. (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021, p. 73*).

Além desses diversos valores, o projeto deverá ser ministrado pela coordenação pedagógica e pelo corpo de monitores. O documento não especifica, no entanto, o modo como devem ocorrer essas atividades.

O segundo projeto a ser desenvolvido e incorporado ao currículo das escolas ECIMS, conforme as Diretrizes, é o "Projeto Momento Cívico", voltado para os alunos do ensino fundamental e médio. Seu principal objetivo é “resgatar o amor pelos símbolos nacionais e oferecer uma formação integral embasada em valores sólidos”, como vemos a seguir. O Projeto Momento Cívico visa

resgatar o amor pelos símbolos nacionais; – proporcionar ao aluno uma formação integral, baseada em valores; desenvolver o hábito de cantar os hinos cívicos; – melhorar o ambiente escolar, desenvolvendo atitudes de respeito com a coletividade; e incentivar a participação da comunidade nos eventos cívicos realizados pela escola (*Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, 2021*, p. 189).

Ao analisar os objetivos do "Projeto valores" e do "Projeto Momento Cívico", destacamos a relevância que o mesmo propõe à importância do resgate do patriotismo e do culto aos símbolos nacionais, bem como a introdução do hábito de cantar hinos cívicos, rituais comuns no contexto militar realizados nos quartéis. Essas atividades visam priorizar a promoção do comportamento cívico e o respeito aos emblemas e atividades militares. Claramente, há um movimento intencional de propagação de princípios do militarismo, o que podemos entender também como componente estruturante do currículo prescrito e oculto desse projeto (Lima, et al., 2022).

Na ótica do projeto conservador, podemos dizer que esse resgate dos valores cívicos e nacionais, como o patriotismo, tem sido percebido como perdido nas escolas públicas, sendo visto como indisciplina e perda de valores. Para os conservadores, a retomada desse projeto de valorização do civismo é essencial para restaurar a ordem e a eficácia do ensino público (Santos, et al., 2021).

Essa ideologia atua principalmente a partir do currículo oculto. Expressa-se através de rituais, regras, gestos e práticas corporais e organizacionais. Assim, aprende-se essa ideologia através de práticas sistemáticas cotidianas, contribuindo para uma aprendizagem implícita. Uma das fontes de constituição do currículo oculto ocorre por meio das relações sociais na escola, incluindo a relação entre alunos e professores, ou entre quem ministra os projetos, os quais são responsáveis por transmitir e ensinar esses comportamentos e valores (Silva, 1999).

Assim, é evidente que o projeto apresenta inúmeros efeitos para o campo do currículo, uma vez que os alunos e alunas são imersos em um ambiente perpassado por uma lógica militarizada.

Além desse processo de imposição das práticas dos quartéis, há também a regulamentação da aparência física, que é imposta como padrão militar, afetando tanto alunos quanto professores (Mendonça, 2019). Essas discussões, são encontradas em outros trabalhos de referência e entendemos que também são elementos que influenciam no campo do currículo, especialmente o oculto, e suas disposições para atuar na formação dos sujeitos e suas subjetividades.

De acordo com Santos e Vieira (2019) o controle da linguagem corporal não se limita à postura, movimentos, gestos e ações do corpo; ele também inclui um aspecto visual, relacionado à aparência, permitindo-nos falar de um “corpo padrão”. As normas estabelecem critérios para vestimentas, calçados, acessórios, cortes de cabelo e penteados, maquiagem, e cor e tamanho das unhas. Por meio de permissões e proibições, promovem a padronização e uniformização dos corpos. Na prática, isso resulta em uma estética da aparência cujo objetivo é comunicar e identificar os corpos, moldá-los para criar uniformidade e eliminar diferenças (Santos; Vieira, 2019).

Desse modo, Santos e Vieira (2019) falam que o ensino cívico-militar, como já mencionado, exerce controle sobre a linguagem corporal e também molda o comportamento, visando à formação de um padrão específico de conduta. Trata-se de uma educação cujo objetivo é formar indivíduos cujas ações, caráter, moral e hábitos se alinhem com os padrões normativos estabelecidos.

Dessa forma, através da regulamentação das condutas estudantis, a liberdade é monitorada para prevenir desvios comportamentais, e qualquer comportamento indesejado deve ser sancionado, incluindo, entre as possíveis punições, a exclusão da escola (Brito; Rezende, 2019).

É sabido que, na modernidade, a escola se estabeleceu como um espaço central para a aplicação do poder disciplinar, tornando-se essencial para a formação de corpos dóceis e úteis ao sistema capitalista, além de ser um local de resistência a esses processos (Brito; Rezende, 2019). No trabalho de Rêses e Paulo (2019), a militarização de escolas estaduais visa a promoção de uma "cura" social, banindo qualquer tipo de comportamento que vá contra os valores e a ordem, criminalizando

o aluno e tratando-o como um potencial agente do caos, necessitando, assim, de uma intervenção e salvação. Nesse ponto, entram os militares com a "cura" social para tornar o aluno "socialmente aceito".

Os autores Ximenes, et al., (2019) defendem uma gestão democrática, que preza pela participação nas definições do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual deve ser definido de forma plural por todos e pela própria comunidade escolar. Os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias são essenciais. Em um ambiente de controle, não há espaço para o desenvolvimento do pluralismo de ideias (Ximenes, et al., 2019). Assim, existe uma disputa de concepções pedagógicas: de um lado, uma dimensão de qualidade que dialoga com o pluralismo de ideias, pensamento, arte e saber; de outro, um regime de controle e padronização, onde há falta de expressão e silenciamento. Nesse ponto, é inconcebível que uma educação livre e de qualidade fique impedida de existir, pois não haverá liberdade de expressão e de práticas pedagógicas (Ximenes, et al., 2019).

A Militarização, assim, é vista como uma alternativa eficaz para restabelecer a tradição, a moral, a autoridade e o patriotismo, que, na visão conservadora, foram perdidos no caos da escola pública devido à sua abertura para a diversidade e à suposta ineficiência e falta de controle dos professores, através de dispositivos disciplinares e do próprio currículo ( Santos, et al., 2022).

Por fim, reiteramos que embora a gestora negue alterações no âmbito do currículo oficial, o documento orientador do programa prevê a criação de projetos e a destinação de carga horária ampliada, para a garantia de atividades atinentes aos princípios militares. O que claramente evidencia um tensionamento no currículo escolar.

Esse tensionamento no currículo escolar faz parte de uma agenda conservadora cujo objetivo central é o resgate de valores tradicionais. Sua manifestação é notável pela orientação ideológica conservadora, que engloba a valorização da tradição, a promoção do militarismo, a defesa da estrutura familiar heteronormativa e a ênfase na autoridade hierárquica como encontrado diversos trabalhos de autores como discutem área de currículo e avanço do conservadorismo como Apple (2006) e Silva (1999). Como trabalhado por Silva (1999), o currículo é um artefato cultural, e muitos grupos sociais dominantes o utilizam para manter sua

hegemonia cultural e social, moldando a visão de mundo dos alunos a partir de narrativas e valores valorizados por esses grupos dominantes. Isso influencia a percepção de classe, gênero, e moldam a concepção do mundo e dos estudantes. Esse processo de militarização também afeta diversas políticas, evidenciando claramente como o conservadorismo está moldando o panorama educacional e ameaçando os princípios fundamentais da educação, como tratado por Lima et al. (2021).

Conforme abordado, a militarização do currículo escolar não apenas reforça uma agenda conservadora, mas se manifesta de forma concreta nas alterações do currículo prescrito e ocultas nas escolas cívico-militares. Estas mudanças não são apenas teóricas, mas impactam diretamente na formação dos alunos a partir de uma disciplina rígida e obediência estrita aos valores tradicionais. Visto que o processo de militarização não é uma questão apenas da estrutura escolar, mas reflete uma estratégia mais ampla de perpetuação de uma visão de mundo conservadora, que busca moldar de acordo com esses valores, conforme sintetizado na tabela abaixo.

Tabela 04 - Análise das Alterações no Currículo prescrito e Oculto na análise do documento  
 “Diretrizes das Escolas Cívico-Militares 2ª ed”

Currículo Prescrito	Currículo Oculto
Introdução de projetos como o 'Projeto Valores' e o 'Projeto Momento Cívico', que formalizam aprendizagens de lógica militar. Atividades formais que passam a integrar a carga horária de formação dos estudantes de forma oficial e explícita com, ao menos, 1h semanal.	Propagação de princípios do militarismo por meio de rituais, regras, e normas comportamentais que moldam atitudes e valores.
Trata-se de uma modificação explícita no currículo com previsão de aprendizagens, objetivos e habilidades que atendam a perspectiva do militarismo.	Ênfase na disciplina, padronização de comportamentos, no controle corporal
Inclusão de aulas e conhecimentos sobre valores éticos e cívicos, resgate do patriotismo e símbolos nacionais.	Controle sobre a linguagem corporal e aparência dos alunos, impondo um padrão militar de conduta.
Formalização de práticas como cantar hinos cívicos e participação em eventos cívicos.	Formação de indivíduos com ações, caráter e moral alinhados com padrões normativos conservadores e militares.
Promoção de uma formação baseada em valores considerados fundamentais no contexto militar.	Aprendizagem implícita de ideologias conservadoras e militaristas, através de práticas cotidianas e relações sociais na escola.
	Criação de um ambiente de controle que pode limitar a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias.

Fonte: Feita pelo autor(2024).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discorreremos como está o processo de militarização da educação em Santa Catarina, especialmente após a revogação do Decreto Nº 10.004/2019 pelo Decreto Nº 11.611, que revogou o PECIM. Durante nossa análise, identificamos que o processo de militarização em SC continua em andamento, mesmo após a revogação, já que tanto o estado quanto os municípios demonstram interesse em prosseguir com o projeto utilizando recursos próprios.

O processo de militarização da educação em Santa Catarina teve início com a criação dos Colégios Policiais Feliciano Nunes Pires em 1984, mas avançou significativamente com a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2019. Desde então, houve uma adesão considerável por parte das escolas municipais e estaduais em Santa Catarina, refletindo um interesse considerável neste modelo educacional. Durante os anos de funcionamento do projeto, um total de 21 escolas aderiram ao programa, sendo 9 escolas estaduais e 12 escolas municipais.

As escolas que aderiram ao PECIM, especialmente as escolas estaduais, seguiram as diretrizes estabelecidas pelo programa nacional, com a adesão da comunidade escolar e implementação das práticas militares, conforme foi listado nos documentos orientadores. Apesar da extinção do programa, o estado de Santa Catarina demonstrou um forte interesse em manter e expandir este modelo de escola em todo seu território, utilizando recursos próprios e possivelmente estabelecendo parcerias com entidades públicas e privadas.

Os militares que participam do programa têm um papel fundamental nas PECIMs, atuando como monitores e tutores, além de promoverem valores como patriotismo, civismo e disciplina, valores trabalhados nos quartéis e exaltados nas diretrizes do programa. Por mais que haja uma ilusão do público leigo em vantagens de ter militares dentro das escolas, como maior segurança e disciplina, a realidade é que estes militares não têm preparo nem abordagem pedagógica para atuar como educadores. Desta maneira, a presença dos militares funciona mais como uma figura de controle, disciplina e medo do que segurança.

Além disso, vimos que o programa exerce uma influência substancial, conforme descrito nas diretrizes, no currículo escolar, ao propor a introdução de

projetos como "Valores" e "Momento Cívico", promovendo uma abordagem centrada em práticas e valores militares. O documento orientador enfatiza a implementação de projetos como "Valores" e o "Projeto Momento Cívico", como estratégias para resgatar valores éticos, cívicos e patrióticos. Essa ênfase sugere uma disputa significativa da cultura militar no currículo escolar. O resgate do patriotismo, civismo e dos símbolos nacionais é percebido como uma tentativa de restaurar a ordem e a eficácia do ensino público, refletindo, assim, uma ideologia conservadora. Além disso, o currículo oculto, composto por práticas e rituais cotidianos, contribui para a transmissão implícita desses valores e é o mais afetado e que sofre mais impacto. Dessa forma, a imersão em um ambiente militarizado pode moldar a percepção dos alunos em relação aos valores e práticas do militarismo, podendo alterar tanto sua visão de mundo quanto sua participação na sociedade.

As consequências e riscos do projeto são diversos. Dentre eles, destacam-se os efeitos do controle e padronização sobre corpos, já que existe uma grande imposição de normas rígidas em relação à aparência física dos alunos e professores, visando promover uma estética corporal uniforme, como encontrada nos quartéis, ameaçando a diversidade de alunos e professores.

Diversos trabalhos por pesquisadores de diferentes regiões do Brasil trazem dados de que o modelo militarizado das escolas públicas busca moldar o comportamento dos alunos, formando cidadãos obedientes em vez de questionadores ou com ideais próprios. Eles não questionam e aceitam, ausência de pluralidade de ideais e perda do poder de questionar, o que deslegitima suas referências sociais e culturais, substituindo por uma cultura de controle e disciplina. Além do apagamento do pluralismo de ideias e da liberdade de expressão, a partir do resgate de "valores perdidos", dá espaço para um ambiente de controle e padronização, no qual as práticas pedagógicas diversas são restritas. Na visão de grupos conservadores, o processo de militarização da educação pública é uma alternativa para restabelecer tradições, moralidade, autoridade e patriotismo perdidos, e a única maneira de recuperá-los é através do controle, medo e submissão.

Por fim, infelizmente, este modelo de ensino e privatização do ensino público entregue nas mãos de militares ou em parcerias como o caso do PECIM, se arraigou em nosso sistema de ensino público. Mesmo após o processo de extinção do

programa PECIM, muitos estados e cidades brasileiras optaram por manter este modelo nas redes, seja com recursos próprios ou em parcerias com empresas privadas que compartilham do mesmo ideal e interesse. Infelizmente, quem acaba pagando a conta desse trabalho são alunos, alunas, professores e professoras que sofrem com violência emocional, física e intelectual com esse formato.

Devido às limitações de tempo e de trabalho, não tivemos a oportunidade de visitar as escolas e acompanhar mais profundamente as influências significativas do PECIM no currículo dessas escolas individualmente e o impacto na vida dos alunos.

Essas disposições ficam explicitadas na indicação da proposição de projetos educativos a serem incorporados pelas escolas, que objetivam a transmissão de conhecimentos, princípios e valores relacionados ao militarismo, que, em nossa análise, atendem a um projeto conservador de sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

APLLE, M. W. Ideologia e Currículo. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ALIAGA, Luciana. Militarismo, Cultura e Movimentos Antidemocráticos no Brasil. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, 2023. Disponível em: link. Acesso em: 14 jul. 2023

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 633, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96283>.

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. O CONCEITO DE CURRÍCULO OCULTO E A FORMAÇÃO DOCENTE. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 1-11, 15 dez. 2018. USCS Universidade Municipal de Sao Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/rea-e.vol3n6.5341>

BRAUN, Virginia *et al.* Thematic Analysis. In: BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Thematic Analysis**. Singapura: Springer Singapore, 2009. p. 843-860.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/) constituicao.htm. Acesso em 06 de abril de 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Regulamenta a Lei nº 13.810, de 15 de março de 2019, que cria a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - EBP**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de setembro de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm). Acesso em: 13 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889. **Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20creado%20nesta%20C%C3%B4rte,alunos%20procedentes%20de%20outras%20classes> . Acesso em 03 de abril de 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm). Acesso em: 02 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919**. Dispõe sobre a consignação dos servidores públicos federais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3674-7-janeiro-1919-570619-publicacaooriginal-93752-pl.html#:~:text=Na%20consigna%C3%A7%C3%A3o%20%C2%ABDispensados%20do%20servi%C3%A7o,que%20ahi%20figura%20sem%20aplica%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 03 de abril de 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.034-Cmt Ex, de 6 de agosto de 2015**. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim\\_do\\_exercito/copiar.php?codarquivo=1376&act=bre](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/copiar.php?codarquivo=1376&act=bre). Acesso em: 04 de abril de 2023.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; REZENDE, Marize Pinho. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 844, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.95216>

CAVALCANTI, Silvia Diener; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. THE (DIS)CONTINUITY OF SCHOOLS-CIVIC MILITARY AFTER THE 2022 ELECTIONS. **Zenodo**, [S.L.], p. 01-14, 11 mar. 2023. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.7723170>.

CLARKE, V.; BRAUN, V. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 2013.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: a exclusão da atividade política democrática. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 43, p. 1-16, 14 nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.258252>.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO. Histórico. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 92, p. 911-933, out. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302005000300010>.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 118 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2023.

**JOINVILLE BUSCA SOLUÇÃO PARA MANTER ESCOLA CÍVICO-MILITAR APÓS GOVERNO LULA ENCERRAR PROGRAMA**. Florianópolis, 21 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/joinville-busca-solucao-para-manter-escola-civico-militar-apos-governo-lula-encerrar-programa>. Acesso em: 25 ago. 2023

**JORGINHO ACERTA EM MANTER ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM SC**. Florianópolis, 15 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/jorginho-acerta-em-manter-escolas-civico-militares-em-sc>. Acesso em: 28 ago. 2023.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: VI Simpósio Internacional de Educação e Comunicação. Atas, 2015, p. 243-247.

LACÉ, Andréia Mello *et al.* Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 648, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96856>.

LIMA, Carolina Barreiros de de *et al.* Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 828, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96014>.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 689, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.94577>.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 594, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96052>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. 2. ed. Brasília: MEC, 2021.** Disponível em: [https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/MEMORIAL\\_PECIM.pdf](https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/MEMORIAL_PECIM.pdf). Acesso em 20/06/2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ministério da Educação apresenta os resultados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/176-ministerio-da-educacao-apresenta-os-resultados-do-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em 07 de abril de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Adesão.** Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/adesao>. Acesso em 06 de abril de 2023.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; TADEU, Tomaz. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 2013. 176 p.

**MAIS OITO ESCOLAS CÍVICO-MILITARES SÃO ANUNCIADAS PARA SC; VEJA AS CIDADES.** Florianópolis, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.nsetotal.com.br/noticias/mais-oito-escolas-civico-militares-sao-anunciadas-para-s-c-veja-as-cidades>. Acesso em: 05 mar. 2023.

NASCIMENTO, Maria Amélia Silva; MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 79-102, 26 jul. 2021. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia - Campus II. <http://dx.doi.org/10.30620/pdi.v11n1.p79>.

OLIOSE, Ivan Cardoso; OLIVEIRA, Edna Castro de. Militarização das escolas públicas no Espírito Santo. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 17, n. 37, p. 141-160, 4 maio 2023. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v17i37.1647>.

PATIAS, Naiana Dapieve; VON HOHENDORFF, Jean. CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA ARTIGOS DE PESQUISA QUALITATIVA. **Psicologia em Estudo**, [S.L.], v. 24, p. 01-14, 21 nov. 2019. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43536>

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 035-056, 22 maio 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol11n12019.93094>.

PICALHO, Antonio Carlos; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.L.], v. 11, p. 1-12, 11 mar. 2022. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11i0.81838>.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza de Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 667, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.95957>

RÊSES, Erlando da Silva; PAULO, Wesley Garcia de. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 700, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96115>

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; RUBINI, Patrícia Silva. Do Oiapoque ao Chuí - as escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 745, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.95997>

**SC VAI NA CONTRAMÃO DO GOVERNO FEDERAL E QUER MANTER**

**ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.** Florianópolis, 12 jul. 2023. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-vai-na-contramao-do-governo-federal-e-quer-manter-escolas-civico-militares>. Acesso em: 15 ago. 2023

**SC VAI TROCAR ESCOLAS CÍVICO-MILITARES POR PROGRAMA CÍVICO FAMILIAR PARA EMPLACAR PROJETO EM 2024.** Florianópolis, 16 ago. 2023.

Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/raphael-faraco/sc-vai-trocar-escolas-civico-militares-por-programa-civico-familiar-para-emplacar-projeto-em-2024>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SACRISTAN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2007. 352 p.

SANTOS, Amilton Gonçalves dos; VIEIRA, Josenilton Nunes. Colégio da Polícia Militar Alfredo Vianna: características de uma cultura escolar-militar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 725, 31 dez. 2019. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE*. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96074>.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 52, p. 1-18, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053149144>.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL: expansão, significados e tendências.** 2020. 447 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Cap. 02. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/ab4c5416-b3f3-453a-aec7-dfcbad66f421>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 15, p. 1-19, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15348.066>

SANTOS, Graziella Souza dos; LIMA, Iana Gomes de; SANTOS, Arthur Grigolo dos. Avanço conservador na educação: uma análise a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. In: MELLO, Marco; PACIEVITCH, Caroline; VIANNA, Marcus. **Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire**: presente. Porto Alegre: Fi, 2021. Cap. 16. p. 190-202.

SARAIVA, Ana Maria; SILVA, Analise de Jesus da. Militarização escolar em Minas Gerais. **Retratos da Escola**, [S.L.], v. 17, n. 37, p. 103-123, 4 maio 2023. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v17i37.1670>.

SAUER, Margrid; SARAIVA, Karla. Uma escola diferente do mundo lá fora. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 766, 31 dez. 2019. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE*. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.95346>.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Biguaçu terá a primeira escola do modelo cívico-militar proposto pelo MEC em Santa Catarina.**

Disponível em:

<https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30424-biguacu-tera-a-primeira-escola-do-modelo-civico-militar-proposto-pelo-mec-em-santa-catarina>. Acesso em 10 de abril de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Chapecó, Palhoça e Biguaçu terão escolas estaduais no modelo cívico-militar em SC.** Disponível em:

<https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30436-chapeco-palhoca-e-biguacu-tera-o-escolas-estaduais-no-modelo-civico-militar-em-sc>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Secretário da Educação faz acompanhamento de ações de melhoria no Meio e Extremo Oeste.**

Disponível em:

<https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30465-secretario-da-educacao-faz-acompanhamento-de-acoes-de-melhoria-no-meio-e-extremo-oeste>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

SILVA, Edileuza Fernandes *et al.* Militarização e Escola sem Partido: repercussões no projeto político-pedagógico das escolas. **Revista Exitus**, [S.L.], v. 10, p. 01-26, 23 nov. 2020.

Universidade Federal do Oeste do Para.

<http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1id1485>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Waldenia Avarenga Santos Ataíde, 1999. 153 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5735262/mod\\_resource/content/1/Livro%20-%20Silva%20%281999%29%20CurrículoDocumentos%20de%20Identidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5735262/mod_resource/content/1/Livro%20-%20Silva%20%281999%29%20CurrículoDocumentos%20de%20Identidade.pdf). Acesso em: 13 fev. 2025.

SOARES, Marina Gleika Felipe et al. Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 786, 31 dez. 2019. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE*. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96132>

THIESSEN, Juarez da Silva; GOMES, Rozana. O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS CURRICULARES. **Revista Teias**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 1–4, 2016. DOI: 10.12957/teias.2016.26615. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/26615>. Acesso em: 11 fev. 2024.

TIELLET, Maria do Horto Salles. Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 806, 31 dez. 2019. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBP AE*.

<http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.93780>.

VEIGA, Carlos Henrique Avelino. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de E Educação/ Instituto Multidisciplinar, Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2020. Cap. 3.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papyrus Editora, 2005. 315 p.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.109. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109>. Acesso em: 11 jun. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Tematicas**, [S.L.], v. 22, n. 44, p. 203-220, 30 dez. 2014. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 15 mar. 2023.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 612, 31 dez. 2019. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol35n32019.96483>.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Questionário Aplicado a Secretaria da Educação de Santa Catarina**

28/05/2024, 18:45

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso

## Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso

Prezadas/os professores da Secretaria Estadual de Educação/SC:

Este questionário tem como objetivo obter e esclarecer informações a respeito do Programa das Escolas Cívico-Militares e seu funcionamento em SC.

Este levantamento de dados é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Ciências Biológicas da UFSC, que está interessado em compreender como o programa vem transcorrendo em SC e quais suas perspectivas futuras de continuidade após encerramento do programa a nível federal.

Reforçamos que os dados informados serão utilizados para fins acadêmicos.

Agradecemos a atenção e a disponibilidade em contribuir com a pesquisa possibilitando o acesso às informações.

Aluno: Thomas Antonio Campos Correia

Orientadora: Graziella Souza dos Santos

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. Assinale a seguir o seu consentimento para o uso das informações fornecidas neste questionário para fins acadêmicos \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim, estou de acordo.  
 Não, não estou de acordo.

2. 01) Quantas escolas públicas em Santa Catarina aderiram ao PECIM ou a outras iniciativas semelhantes ao PECIM ? Se possível, indique as escolas, localidades e se pertencem à esfera estadual ou municipal. \*

---

---

---

---

---

**A**

28/05/2024, 18:45

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso

3. 02) Você saberia dizer se existem iniciativas semelhantes ao PECIM no estado? Quantas escolas públicas aderiram a esses modelos? \*

---

---

---

---

---

4. 03) Como se deu a adesão das escolas ao PECIM e quais foram os critérios foram utilizados para a escolha dessas escolas? \*

---

---

---

---

---

5. 04) Como funcionam as escolas que aderiram ao PECIM em Santa Catarina? \*

---

---

---

---

---

6. 05) Qual a função dos militares nas escolas que aderiram ao PECIM em SC ? \*

---

---

---

---

---

7. 06) Os militares ministram alguma disciplina ou projeto nessas escolas ? \*

---

---

---

---

---

28/05/2024, 18:45

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso

8. 07) Os militares ajudam/auxiliam na área administrativa e participam na construção do currículo das escolas que aderem ao PECIM? \*

---

---

---

---

---

9. 08) Quais adaptações ou novas proposições foram feitas nessas escolas em relação ao modelo original do PECIM? \*

---

---

---

---

---

10. 09) Há algum documento que tenha essas adaptações e proposições realizadas em SC? Se possível, indique onde podemos encontrá-lo. \*

---

---

---

---

---

11. 10) Qual(is) documento(s) orienta(m) o funcionamento dessas escolas até o momento? \*

---

---

---

---

---

28/05/2024, 18:45

Questionário para Trabalho de Conclusão de Curso

12. 11) Há a ajuda/auxílio de alguma entidades não governamental para manutenção do PECIM em Santa Catarina? Se houver, indique quais. \*

---

---

---

---

---

13. 12) Quais foram as adaptações realizadas nos currículos escolares em Santa Catarina após a adesão ao PECIM? Essas adaptações se aplicam a todas as escolas que aderiram ao PECIM ou apenas a algumas delas? \*

---

---

---

---

---

14. 13) Na ocasião da extinção do PECIM por parte do atual governo federal, o governo do estado posicionou-se pela continuidades do programa, no entanto, por meio de uma nova proposta, que seria criada e mantida por SC. Como a Secretaria Estadual de Educação está se movimentando em relação a isso? Já há um novo projeto? Como ele se funcionará? Há previsão de início? \*

---

---

---

---

---

15. 14) Como tem sido avaliado o funcionamento das escolas que aderiram ao PECIM em SC? Quais os benefícios observados e quais os desafios encontrados? \*

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.